



CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS

Rede credenciado pela Portaria Ministerial nº 1.162, de 13/10/16, D.O.U. nº 198, de 14/10/2016
AELBRA EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO S.A.

ANDRIELLY BARBOSA AMORIM RODRIGUES

CASA ABRIGO PARA MULHERES E CRIANÇAS EM VULNERABILIDADE, PARA
ARAGUAÍNA - TO

PALMAS – TO
2021

ANDRIELLY BARBOSA AMORIM RODRIGUES

CASA ABRIGO PARA MULHERES E CRIANÇAS EM VULNERABILIDADE, PARA
ARAGUAÍNA - TO

Monografia elaborada e apresentada como requisito parcial para aprovação na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC I) do curso de bacharel em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

Orientador (a): Prof. Me. Fernanda Brito Abreu

ANDRIELLY BARBOSA AMORIM RODRIGUES

CASA ABRIGO PARA MULHERES E CRIANÇAS EM VULNERABILIDADE PARA
ARAGUAÍNA - TO

Monografia elaborada e apresentada na disciplina de TCC I como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

Orientador (a): Prof. Me. Fernanda Brito Abreu

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Fernanda Brito Abreu
(Orientador)
Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP

Prof. Me. Fernando Moreno Suarte Júnior
(Membro Interno)
Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP

Arquiteto Esp. Diogo Luiz Quixabeira Camargo
(Membro Externo)

Palmas – TO
2021

RESUMO

RODRIGUES, Andrielly. **Casa Abrigo para mulheres e crianças em vulnerabilidade, para Araguaína - TO**. 2021. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário Luterano de Palmas, Palmas/TO, 2021.

Atentando-se aos crescentes casos de violência doméstica, sexual, considerando dados da Organização Mundial da Saúde indicam que agressões estão ocorrendo cada vez mais cedo, em todo o mundo, um terço das mulheres ou 736 milhões já sofreu violência física ou sexual por um parceiro ou alguém próximo (OMS, 2021). No âmbito nacional cerca de um terço das mulheres vítimas de violência nunca denunciaram o agressor e um dos principais motivos é a falta de suporte para estas mulheres após a denúncia. Com esta problemática será elaborado uma proposta de anteprojeto de uma Casa abrigo destinado a vítimas de violência contra mulher, para a cidade de Araguaína – TO, e esta pesquisa visa levantar índices sobre de violência doméstica no Brasil em especial no Tocantins, estudar o panorama de violência doméstica além de, identificar a importância dos abrigamentos para o rompimento do ciclo de violência, visando tornar esses espaços mais acessíveis para vítimas. A finalidade da Casa Abrigo será de abrigar, apoiar, tratar, empoderar e principalmente encorajar esta vítima a romper o ciclo de violência, visto que estas situações envolvem questões afetivas e emocionais importantes, as vítimas serão abrigadas temporariamente, recebendo apoio multiprofissional desde a entrada, permanência e até após saída do abrigo, que será um local de abrigo tanto físico quanto emocional. O desenvolvimento desta pesquisa consistiu na metodologia classificada como mista, ou seja, qualitativa e quantitativa pois, irá partir da análise dos números de violência doméstica, legislações vigentes e leis que protegem as vítimas. Espera-se com este trabalho contribuir com uma melhoria aos espaços destinados a essa finalidade, promovendo inclusão social, tornando-os mais acessíveis, estendendo seu uso para novos aprendizados.

Palavras-chave: Acolhimento. Casa Abrigo. Violência doméstica.

ABSTRACT

RODRIGUES, Andrielly. **Shelter Home for women and children in vulnerability, for Araguaína - TO**. 2021. 60 f. Course Conclusion Paper (Graduation) - Architecture and Urbanism Course, Lutheran University Center of Palmas, Palmas / TO, YEAR 2021.

Considering the growing cases of domestic and sexual violence, considering data from the World Health Organization indicate that aggressions are occurring earlier and earlier, worldwide, one third of women or 736 million have suffered physical or sexual violence by a partner or someone close to them (WHO, 2021). At the national level, about one third of women who are victims of violence have never reported the aggressor, and one of the main reasons is the lack of support for these women after the report. With this problematic, it will be elaborated a proposal of a shelter for victims of violence against women, for the city of Araguaína - TO, and this research aims to raise indices of domestic violence in Brazil, especially in Tocantins, to study the panorama of domestic violence, besides, to identify the importance of shelters to break the violence cycle, aiming to make these spaces more accessible to victims. The purpose of the Casa Abrigo will be to shelter, support, treat, empower and mainly encourage these victims to break the cycle of violence, since these situations involve important emotional and affective issues, the victims will be temporarily sheltered, receiving multidisciplinary support from the entrance, permanence and even after leaving the shelter, which will be a place of physical and emotional shelter. The development of this research consisted of a methodology classified as mixed, that is, qualitative and quantitative, because it will start from the analysis of the numbers of domestic violence, current legislation, and laws that protect the victims. It is hoped that this work will contribute to an improvement in the spaces destined for this purpose, promoting social inclusion, making them more accessible, extending their use for new learning.

Keywords: Hosting. Shelter Home. Domestic violence.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Foto jardim interno Abrigo em Tel Aviv, Israel	16
Figura 2 – Foto corredor entre blocos Abrigo em Tel Aviv, Israel	16
Figura 3 – Layout térreo Abrigo em Tel Aviv, Israel	17
Figura 4 – Foto sala Casa Viva Rachel	19
Figura 5 – Foto horta Casa Viva Rachel	19
Figura 6 – Foto fachada Casa da Mulher Brasileira, Brasília	20
Figura 7 – Foto jardim Casa da Mulher Brasileira, Brasília	20
Figura 8 – Setorização Casa da Mulher Brasileira, Brasília	20
Figura 9 – Localização da área de intervenção	23
Figura 10 – Mapa de acessos	24
Figura 11 – Desenho em linhas contínuas simbolizando um abraço entre uma mãe e filho, relacionado com o partido conceitual adotado	31
Figura 12 – Estratégia compositiva e setorização	32
Figura 13 – Modulação estrutural	33
Figura 14 – Passo 1 para tratamento de água para reuso	34
Figura 15 – Passo 2 para tratamento de água para reuso	34
Figura 16 – Passo 3 para tratamento de água para reuso	34
Figura 17 – Passo 4 para tratamento de água para reuso	34
Figura 18 – Passo 5 para tratamento de água para reuso	34
Figura 19 – Proposta de paisagismo e vegetação do abrigo	35

LISTA DE GRÁFICOS

Infográfico 1 – Percepção sobre a eficácia da Lei Maria da Penha.....	12
Infográfico 2 – Dados de acolhimento Casa de Apoio Viva Rachel.....	18

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CMB	Casa da Mulher Brasileira
CPMCVM	Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra Mulher
CPVID	Comitê de Prevenção à Violência Doméstica no Tocantins
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
DDM	Delegacia de Defesa a Mulher
DEAM	Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FAS	Fundação de Assistência Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDH	Ministério dos Direitos Humanos
NBR	Norma Brasileira de Regulamentação
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan Americana da Saúde
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Continua
SIM	Sistema de Informações sobre Mortalidade
STJ	Superior Tribunal de Justiça
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

“Triste, louca ou má
Será qualificada
Ela quem recusar
Seguir receita tal

A receita cultural
Do marido, da família
Cuida, cuida da rotina

Só mesmo, rejeita
Bem conhecida receita
Quem não sem dores
Aceita que tudo deve mudar

Que um homem não te define
Sua casa não te define
Sua carne não te define
Você é seu próprio lar”

(Triste, Louca ou Má – Francisco, el Hombre)

AGRADECIMENTOS

Inicio agradecendo a Deus que até aqui me sustentou. Agradeço a minha mãe dona Leia que com toda a sua força, garra e zelo me conduziu até aqui e em todos os momentos apoiou o meu sonho. Agradeço aos meus irmãos Ranyeli e Elitierry por todas as palavras de incentivo e por toda ajuda durante estes longos anos. Quero agradecer aos meus sobrinhos, Kaio, Gabriel (*in memoriam*) e Arthur, vocês me inspiram a se uma pessoa melhor todos os dias, eu amo imensamente a cada um. Agradeço também ao Gustavo meu noivo, que foi e continua sendo meu ponto de apoio.

Agradeço ao meu cunhado Dielson (*in memoriam*) que a pouco meses nos deixou, meu agradecimento eterno a ele que vibrava com minhas conquistas e sempre foi um grande incentivador dos meus sonhos e projetos, nossos corações choram de saudades.

Em tudo vocês foram fundamentais e é por vocês que permaneço firme.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
1.1	Problemática	9
1.2	Justificativa.....	9
1.3	Objetivos	10
1.3.1	Objetivo geral.....	10
1.3.2	Objetivos específicos.....	10
2	METODOLOGIA	10
3	REFERENCIAL TEÓRICO.....	11
3.1	Violência doméstica, histórico brasileiro.....	13
3.2	Estabelecimentos institucionais e suas tipologias construtivas	15
3.3	Arquitetura social como provedor de qualidade de vida	17
3.4	Arquitetura em habitações acolhedoras	17
4	ESTUDOS DE CASO.....	18
4.1	Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica, Tel Aviv, Israel	18
4.2	Casa de Apoio Viva Rachel, Rio Grande do Sul, Brasil.....	22
4.3	Casa da Mulher Brasileira, Brasília, Distrito Federal, Brasil	23
5	DESENVOLVIMENTO PROJETUAL.....	26
5.1	Escolha e análise do terreno	26
5.1.1	Localização	26
5.1.2	Acessos.....	27
5.1.3	Entorno.....	27
5.1.4	Levantamento fotográfico	27
5.2	Infraestrutura existente.....	28
5.2.1	Sistema Aéreo.....	28
5.2.2	Sistema viário	28
5.2.3	Transporte Coletivo.....	28
5.2.4	Água e esgoto.....	28
5.2.5	Energia e telecomunicação	28
5.2.6	Pavimentação	29
5.3	Condicionantes físicos/ambientais do terreno	29
5.3.1	Incidência solar	29
5.3.2	Ventilação	29

5.3.3 Topografia e vegetação	29
5.4 Programa de necessidade e pré-dimensionamento	29
5.5 Funcionograma	30
6 LEGISLAÇÃO.....	30
6.1 Normas gerais de uso do solo.....	30
6.1.1 Plano diretor do Município de Araguaína.....	30
6.1.2 Código de Obras do Município de Araguaína.....	30
6.2 Diretrizes nacionais para o abrigo de mulheres em situação de risco e de Violência.....	31
6.3 Termo de Referência: Apoio a casas abrigo e centros de referência.....	31
6.4 NBR 9050/2020 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.....	32
6.5 NBR 15575-1/2013 Edificações Habitacionais — Desempenho	32
6.6 Código de Segurança Contra Incêndio e Emergência em edificações e áreas de risco no Estado.....	32
7 INFRAESTRUTURA PREVISTA.....	33
7.1 Sistema Construtivo	33
7.2 Sistema Estrutural	33
7.3 Materiais.....	33
8 INSTALAÇÕES PREDIAIS.....	33
9 PARTIDO	35
9.1 Desenvolvimento do partido arquitetônico adotado.....	35
9.2 Estratégia compositiva	36
9.3 Modulação estrutural.....	36
9.4 Tecnologias sustentáveis	37
9.5 Vegetação e paisagismo	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS.....	41
APÊNDICE.....	45
APÊNDICE A.....	46
APÊNDICE B.....	46
APÊNDICE C	48
APÊNDICE D	49
APÊNDICE E.....	49

APENDICE F.....	50
APÊNDICE G	51
APÊNDICE H	52
APÊNDICE I	53
APÊNDICE J	54
APÊNDICE K.....	54
ANEXOS	55

1 INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é compreendida como qualquer ato violento que inclua ameaças, coerções, privação da liberdade baseada no gênero e que resulte ou possa resultar em danos nas esferas física, sexual e/ou emocional (ONU, 2016). À luz desse conceito, esta pesquisa consiste em um levantamento sobre os índices de violência doméstica no Brasil em especial no Tocantins, para desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso de Arquitetura e Urbanismo, tendo como temática uma Casa abrigo para mulheres e crianças em vulnerabilidade para Araguaína – TO.

Conforme informação da Organização Pan-americana de Saúde (OPAS, 2019), as estimativas globais publicadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) indicam que uma em cada três mulheres em todo o mundo sofreram violência física e/ou sexual por parte do parceiro ou de terceiros durante toda a vida. As estimativas revelam também que em todo o mundo quase um terço das mulheres que estiveram em um relacionamento relatam ter sofrido alguma forma de violência física e/ou sexual por parte de seu parceiro, sendo que, nos últimos 8 anos triplicou o número de violência.

Em âmbito nacional, no ano de 2019 a Central de Atendimento à Mulher “ligue 180” recebeu o total de 85.412 ligações denunciando violência doméstica, sendo que o estado do Tocantins registrou 2.662 destas denúncias sendo, 1.450 destes se concentraram-se na cidade de Araguaína, Defensoria Pública do Estado (DPE, 2019).

De acordo com esse contexto, esse trabalho visa realizar uma pesquisa aprofundando-se no conceito de casas abrigo, visando tornar esses espaços mais acessíveis para vítimas desta situação.

A finalidade dessa casa abrigo será de abrigar, apoiar, tratar, empoderar e principalmente encorajar esta vítima a romper o ciclo de violência, visto que estas situações envolvem questões afetivas e emocionais importantes, uma vez que o agressor é, na maior parte dos casos, o companheiro da vítima.

Espera-se com este trabalho contribuir com uma melhoria aos espaços destinados a essa finalidade, promovendo inclusão social, tornando-os mais acessíveis, estendendo seu uso para novos aprendizados.

1.1 Problemática

Conforme a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra Mulher (CPMCVM, 2021), hoje no Brasil cerca de um terço das mulheres vítimas de violência nunca denunciaram o agressor e um dos principais motivos é a falta de suporte para estas mulheres após a denúncia. Tendo em vista a necessidade de espaços destinados a atender esse tipo de fragilidade destas pessoas vulneráveis, de que maneira um projeto arquitetônico de uma casa abrigo pode contribuir para amenizar os traumas e amparar estas vítimas?

1.2 Justificativa

Analisado esta situação, e com base na reunião do Comitê de Prevenção à Violência Doméstica no Tocantins (CPVID) realizada em 2017, já era sinalizado a importância da criação de uma casa abrigo no município de Araguaína- TO. A escolha do município como implantação para o referido anteprojeto se deu por ser a segunda maior cidade do estado em número de moradores, além de ser um importante polo comercial da região norte do Estado, além dos crescentes casos de denúncia de violência doméstica e números de feminicídio, os quais mostram que Araguaína concentrou 54,5% dos atendimentos de violência doméstica realizados em todo o estado pela Defensoria Pública do Estado (DPE, 2019).

Pensou-se em como a arquitetura pode mudar esse panorama para oferecer atendimento humanizado e adequado para as vítimas violência doméstica, através da criação de ambientes harmônicos, aconchegantes e seguros, prestando o apoio necessário as vítimas, alcançando também o viés social com a função de abrigamento. Sendo que a casa abrigo prestará também o apoio e qualificação para as abrigadas durante o tempo de permanência, capacitando esta mulher para que ela possa trabalhar e empreender, possibilitando a sua independência financeira e permitindo que ela inicie um novo ciclo após a saída da casa abrigo.

Quanto ao viés ambiental, este será aprofundado através da escolha de materiais sustentáveis regionais e de baixo custo, na preservação das vegetações existentes, utilização de energia limpa, permitindo a integração da casa com o ambiente, além de utilizar de soluções bioclimáticas e também sustentáveis como a ventilação cruzada, aberturas zenitais, possibilitando a redução de custos na concepção do projeto com soluções simples e sustentáveis.

Para atingir o viés econômico, pensou-se que a proposta poderá ser custeada pelo estado com parcerias privadas, sendo que a realização da manutenção da casa poderá ser custeada através das atividades que as mulheres abrigadas prestarão, a partir de oficinas de capacitação, como exemplo a venda de artesanatos desenvolvidos na casa abrigo.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

Desenvolver uma proposta a nível de anteprojeto arquitetônico de uma casa abrigo para mulheres e crianças em vulnerabilidade, para a cidade de Araguaína-TO. ~~Com base nos pontos já apontados, este trabalho busca desenvolver uma proposta de anteprojeto de uma casa abrigo onde as vítimas sejam abrigadas temporariamente, esta casa terá apoio multiprofissional para as vítimas e filhos, desde a entrada, permanência e após a saída desta vítima do abrigo.~~

1.3.2 Objetivos específicos

Para chegar ao objetivo final deste trabalho será utilizado dos seguintes objetivos específicos:

- Estudar o panorama de violência contra a mulher no Brasil e estado do Tocantins;
- Coletar dados sobre violência doméstica e a importância dos abrigamentos para o rompimento do ciclo de violência;
- Analisar edificações com a mesma temática, identificar o funcionamento das mesmas e levantar informações que agreguem na concepção do projeto arquitetônico;
- Pesquisar sistemas construtivos que agreguem positivamente ao projeto da casa abrigo, identificando materiais e elementos com custo benefício acessível.

2 METODOLOGIA

O método científico traduz-se no conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos utilizados para atingir o conhecimento (GIL, 1999). Com base nisso a metodologia de pesquisa utilizada neste trabalho será do tipo exploratória, onde serão

levantadas informações sobre a temática, apresentado os problemas inerentes e mostrado a forma em que a arquitetura pode impactar positivamente nesta situação.

O desenvolvimento deste projeto irá partir da análise dos números de violência doméstica, legislações vigentes e leis que protegem as vítimas, sendo realizada por meio de metodologia classificada como mista, ou seja, qualitativa e quantitativa. É considerada qualitativa por buscar a análise decorrente dos procedimentos interpretativos, ou seja, a observação de pessoas ou do cenário natural, podendo então ser interpretado sobre seus significados e seus possíveis aprendizados (CRESWELL, 2007), e quantitativa pois será estudado o problema através de coleta de dados numéricos.

Para o entendimento mais aprofundado sobre o funcionamento dessa tipologia de equipamento, serão realizados estudos de caso, a partir de exemplos em funcionamento, que atendem mulheres vítimas de quaisquer tipos de violência, destes estudos foram aproveitados diversos pontos que serão utilizados no desenvolvimento deste projeto.

As informações que serão apresentados neste trabalho serão levantadas através de fundamentação teórica, com dados e informações obtidas por meio de pesquisas bibliográficas, consultas a dissertações, teses, artigos científicos, sites de pesquisa e notícias, reportagens, revistas e legislações vigentes.

Estima-se com este trabalho poder contribuir para melhoramento na qualidade dos espaços edificados voltados a casas abrigo com arquitetura humanizada e espaços harmônicos e seguros, que atendam as vítimas durante o tempo necessário.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A violência de gênero pode ser definida como qualquer tipo de agressão, seja ela física, psicológica ou sexual, contra alguém em situação de vulnerabilidade devido a sua identidade ou orientação sexual. Esta temática é tão relevante que ocupa a quinta posição dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS, da Agenda de 2030 da ONU, equivalente a igualdade de gênero, cujo objetivo alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas (IPEA, 2019).

O combate a violência de gênero e doméstica é dever do Estado que ocorre por intermédio de intervenções sociais, jurídicas e psicológicas conforme a Constituição Federal Brasileira em seu Art. 226, parágrafo 8º, que dispõe que o

“Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”.

Quando se trata sobre os números de violência e denúncias, os casos são considerados genéricos pois, cerca de um terço das mulheres vítimas de violência doméstica não tiveram nenhuma ação após a violência, e esta inclui as denúncias que também não foram feitas (CPMCVM, 2021). A pesquisa da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra Mulher aponta inclusive que, em 2019, apenas uma em cada três mulheres buscou a intervenção policial, e este número está sendo crescente com o passar dos anos.

A lei N° 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, cria recursos para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, definindo os tipos e situações de violência doméstica, a lei amplia a pena de prisão e determina o encaminhamento das vítimas a programas e serviços de proteção e assistência social, as casas abrigo e casas de acolhimento provisório.

Neste contexto, as Casas Abrigo têm como objetivo prestar atendimento psicológico e jurídico a pessoas em situação de vulnerabilidade, para mulheres vítimas de violência doméstica. Por esse motivo, essas casas precisam estar em localização sigilosa, pois, essas mulheres e seus filhos menores de idade que ali residem temporariamente são, normalmente, mulheres ameaçadas gravemente e com risco de morte. Já as Casas de apoio ou casas de acolhimento provisório, possuem os mesmos atendimentos das casas abrigo e acolhem mulheres em situação de vulnerabilidade, mas, não só vítimas de violência doméstica. Nesta modalidade de acolhimento as acolhidas podem ter sido vítimas de quaisquer tipos de ameaça e não existindo ameaça mínima, além de não ser necessário que a localização da casa seja sigilosa.

Com a necessidade do isolamento social atualmente, percebe-se o aumento nos números de violência, conforme levantamento apresentado no painel de dados da ouvidoria Nacional de Direitos Humanos que compõe o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, apontando que no ano de 2020 tiveram 105 mil denúncias de violência contra mulher. De acordo com a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, o fator importante para este novo número é a pandemia que se estabeleceu até o momento, obrigando esta mulher a convivência constante com o seu agressor.

3.1 Violência doméstica, histórico brasileiro

Ao se tratar sobre o histórico brasileiro de violência doméstica, precisa-se analisar ainda o Brasil colônia, pois desde lá, observa-se que a submissão sempre foi a base das relações, tanto com a mulher indígena, negra ou branca, onde as famílias e maridos exerciam poder sobre esta mulher e sobre seu corpo, decidindo o que vestir e até com quem se casar. Essa dominação por sua vez, permanece camuflada nos dias de hoje e são reveladas através dos grandes números de violência que vemos diariamente.

A partir de grandes marcos de manifestações feministas pelo Brasil na década de setenta e discussões sobre o tema que passou a ocorrer com frequência, o Estado foi instigado de que a violência doméstica era também um papel onde este devia intervir. Somente em 1985 foi inaugurada em São Paulo a primeira Delegacia de Defesa a Mulher (DDM) e incluído na Constituição de 1988 no Art. 226, parágrafo 8º, que diz que o “Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”.

A partir daí poucas medidas foram adotadas para coibir a violência contra a mulher. Foi então realizado em 1996 a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, em Belém do Pará. A convenção se comprometeu em adotar, políticas destinadas a prevenir, punir e erradicar tal violência, além de conceituar a violência contra a mulher como qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada.

O caso de Maria da Penha Maia Fernandes é um dos mais conhecidos casos brasileiros de violência doméstica. Maria da Penha passou por duas tentativas de homicídios por parte de seu companheiro e diante da lentidão judiciária na condenação do seu agressor, Maria da Penha recorreu à Justiça Internacional, sendo este o primeiro caso de violência doméstica a ser aceito pela Comissão Interamericana em 2001 (Âmbito Jurídico, 2010).

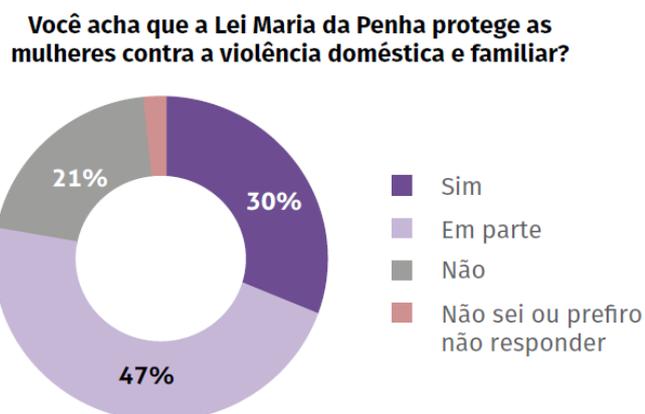
A Comissão da Organização dos Estados Americanos (OEA) responsabilizou o Brasil por omissão e negligência no que diz respeito a violência doméstica e publicou o relatório nº 54 de 2001, que recomendou a continuidade e o aprofundamento do processo reformatório do sistema legislativo nacional, a fim de mitigar a tolerância do Estado à violência contra a mulher no Brasil. A partir da exposição da lentidão do

processo judicial brasileiro e por pressão internacional foi criado, em 7 de agosto de 2006 a Lei nº 11.340, conhecido como Lei Maria da Penha (Âmbito Jurídico, 2010). Após criação da Lei Maria da Penha em 2006, uma pesquisa realizada pelo IBGE dois anos depois apontou que o número de atendimento a vítimas de violência doméstica dobrou de 2007 a 2008, e revelou uma procura maior a justiça, o que foi considerado um ponto positivo fruto desta lei.

Uma pesquisa realizada pelo DataSenado (2019) em parceria com o Observatório da Mulher contra Violência, apontou que quase 7 em cada 10 mulheres acreditam que a Lei Maria da Penha não as proteja contra a violência doméstica e familiar, sendo 21%, ou que as proteja apenas em parte sendo, 47%. Além disso a pesquisa ilustra que em 2018, apenas 20% dos municípios brasileiros apresentavam em sua estrutura administrativa um órgão executivo que lidava exclusivamente com gestão de políticas para mulheres.

Segundo pesquisa do IBGE (2019) o número de casas abrigo de 2013 a 2019 eram praticamente as mesmas, sendo que somente 2,4% dos municípios possuíam casas abrigo, em cerca de 134 cidades. Estas casas em sua capacidade total poderiam abrigar 1.221 mulheres e 1.103 crianças, em todo o país, e ocupavam em maioria, as regiões Sul e Sudeste (Infográfico 1).

Infográfico 1 – Percepção sobre a eficácia da Lei Maria da Penha



Fonte – DataSenado 2019

O Atlas da violência trouxe dados que em 2018, os estados tiveram aumento nas taxas de homicídios de mulheres, e no período avaliado três estados apresentaram um aumento superior a 20%, entre eles, o Tocantins que ocupava o terceiro lugar com 21,4%. Já no gráfico geral dos números das taxas de homicídio o Tocantins ocupou o

7º lugar sendo 6,1 a cada 100 mil mulheres, estando acima da média nacional que é de 4,3 mortes a cada 100 mil mulheres.

Mulheres negras são as que mais sofrem violência no Brasil (Atlas da Violência, 2018). Ao se analisar o contexto de violência doméstica uma observação importante deve ser feita: o número de violência e feminicídio contra mulheres negras, que nos gráficos e notícias sempre ocupam os primeiros lugares, se tornam ainda mais relevantes quando analisados junto de questões de gênero, raça e classe social.

Conforme levantamento feito pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD, 2019), nas taxas de desemprego as mulheres negras ocupam 17% da lista, com cerca de 11% das mulheres brancas. Considerando que a dependência financeira é um motivo que mantém mulheres como vítimas, para mulheres negras ainda se acrescenta a desigualdade no mercado de trabalho, fazendo com que esta vítima se mantenha neste ciclo de violência.

Os casos de violência doméstica têm 58,86% de mulheres negras como vítimas, sendo que segundo o atlas da violência indica que mulheres negras representam 68% das vítimas de feminicídio. De acordo com pesquisa realizada pelo DataSenado (2017) os registros do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde no ano de 2014 indicaram que o estado do Tocantins apresentou uma taxa de 4,7 homicídios por 100 mil mulheres, similar à taxa média nacional, que ficou em 4,6 homicídios por 100 mil.

Ter sido vítima de violência doméstica deixará uma marca nesta mulher que irá acompanhá-la, por toda a sua vida, mas além de lutar para romper este ciclo esta vítima na configuração atual da aplicação da Lei nº 11.340, esta mulher ainda terá que lutar para ter acesso aos apoios que devem ser prestados ela.

3.2 Estabelecimentos institucionais e suas tipologias construtivas

Os estabelecimentos institucionais fazem parte de um serviço prestado por meio da proteção social especial de alta complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tem como objetivo garantir a proteção social a pessoas em situação de risco pessoal ou social, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos de apoio promovendo o acolhimento de famílias ou indivíduos com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, garantindo segurança e proteção a este (GESUAS, 2020).

Existem diversas tipologias de estabelecimentos institucionais e eles mudam conforme a necessidade do seu público alvo, que podem ser, crianças e adolescentes,

sendo atendidos por casa lar, adultos e famílias atendidos por casas de passagem, mulheres em situação de violência atendidas por abrigos institucional, pessoas com deficiência devem ser atendidas por residências inclusivas e idosos atendidos por casa lar e instituições de longa permanência. Todo este público é atendido também por abrigos institucionais que são semelhantes a residências em áreas residenciais sem placas que indique a função do local, impossibilitando o seu reconhecimento para a segurança do usuário, (GESUAS, 2020).

Para abrigamento de crianças e adolescentes os abrigos devem obedecer às orientações do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), além das orientações técnicas do serviço de acolhimento de crianças e adolescentes. Esse tipo de abrigamento ocorre através de orientação do poder judiciário seguindo instrução do conselho tutelar do município e estes abrigos devem estar voltados para a preservação e fortalecimento dos vínculos familiares, sendo o afastamento da família uma medida extrema, para proteção física e psíquica desta criança e adolescente.

Os abrigamentos de adultos e famílias ocorrem em casos de indivíduos em situação de rua, desabrigados por abandono, migração, pessoas sem condições de se sustentar, refugiados e pessoas vítimas de tráfico humano, sem ameaças de morte; em caso de ameaça de morte estas pessoas são encaminhadas a abrigos institucionais, (GESUAS, 2020).

Abrigos para pessoas com deficiência são feitos através de residências inclusivas, abrigando pessoas que possuem deficiência com alto grau de dependência, cuja função é promover inclusão social e contribuir com estas pessoas e para que alcancem autonomia. O acolhimento da pessoa idosa é feito através de casa lar, ambas as casas devem possuir atendimento por profissionais técnicos que serão responsáveis pelos cuidados dos abrigados durante a sua permanência.

Já o abrigamento de mulheres vítimas de violência é feito por abrigos institucionais, sendo eles, casas abrigo e casas de apoio. As casas de apoio são abrigamentos temporários e recebem esta vítima com filhos menores de idade, por no máximo 15 dias, prestando apoio psicológico e jurídico a esta vítima. As casas abrigo por sua vez recebem as vítimas por 90 dias ou mais e são as residências que devem estar em endereços sigilosos pois, abrigam vítimas de violência ameaçadas de morte, assim como as casas de apoio, estas casas prestam apoio social, psicológico e jurídico as vítimas, (GESUAS, 2020).

3.3 Arquitetura social como provedor de qualidade de vida

Quando se tratam de abrigos institucionais a arquitetura assume uma função muito importante pois, o arquiteto terá como responsabilidade projetar ambientes que sejam receptivos e acolhedores, uma vez que estes ambientes interferem diretamente no bem-estar e qualidade de vida do indivíduo ali presente. Devem também entender que aquele ambiente irá abrigar um indivíduo que estará passando por momentos de fragilidade e a arquitetura social pode proporcionar que este momento e essa passagem seja a mais confortável possível.

A arquitetura não se faz presente somente na estética com grandes e luxuosas obras, mas reforçam também a sua importância social e ambiental. Existem inclusive pesquisas que identificaram que o ambiente físico impacta no cérebro das pessoas e conseqüentemente no comportamento destas. Estas pesquisas e sua aplicação são conhecidas sob a temática da neuroarquitetura, que é o nome dado a neurociência aplicada a arquitetura.

O uso de materiais sustentáveis e uso de soluções bioclimáticas também impactam diretamente na arquitetura e usuários. Segundo estudos realizados na Escola de Saúde Pública de Harvard em 2017, morar perto de bosques, parques e jardins está associado a uma maior longevidade de vida e a um menor risco de enfrentamento de doenças respiratórias e depressão.

A neuroarquitetura aplicada pode promover espaços acolhedores que quebram o estigma de casas abrigo como espaços fechados e sem vida, o que reforça a importância de a arquitetura estar presente em abrigos institucionais, podendo proporcionar ambientes que ajudem o indivíduo, assim como os estudos de caso abordados neste trabalho.

3.4 Arquitetura em habitações acolhedoras

O verbo acolher tem como significado, oferecer ou obter refúgio, proteção ou conforto físico, abrigar, amparar. As habitações acolhedoras foram criadas com este intuito, para proporcionar segurança, proteção e empoderamento a estas vítimas, as habitações voltadas a mulheres vítimas de violência são os Centros Especializado de Atendimento à Mulher, Casa Abrigo, Casas de Acolhimento Provisório, além de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) e órgãos de atendimento e apoio socio jurídico.

Casas de apoio e casas abrigo acolhem vítimas e o ideal é que sejam espaços preparados que acolham estas vítimas, nestas habitações pode-se utilizar de estratégias como a neuroarquitetura e biofilia onde a arquitetura possa possibilitar emoções, comportamentos e bem-estar, tanto proporcionado pelos ambientes quanto pela natureza.

A neuroarquitetura, distingue características dos ambientes com o layout, as cores e texturas, iluminação, cheiros e sons, as oportunidades e sensações que este oferece, afetam a fisiologia do corpo e do cérebro, Paiva (2020). Em habitações sociais o uso destas estratégias deve ser mais significativo, seja através de cores, iluminação, elementos naturais, decoração, mobiliário e afins. Podemos observar que esta estratégia está presente até quando a presença não é notada.

A biofilia tem a função de conectar as pessoas com a natureza para melhorar seu bem-estar e qualidade de vida e dentro de ambientes, através de espécies de plantas dentro de ambientes, a entrada de luz e ventilação natural e até com elementos que se assemelhem a formas da natureza, fortalecendo a questão que, independente do ambiente, lugar ou espaço a biofilia associada a outras estratégias transforma espaços e vidas.

A biofilia e neuroarquitetura são comumente associadas, isto porque, ambas trazem benefícios inestimáveis ao usuários, conforme relatório de 2015 elaborado pela Human Spaces no Impacto Global de Design Biológico, quando presente em locais de trabalho, os níveis de bem-estar aumentam em torno de 15%, sendo que a aumenta em produtividade em 6% e a criatividade em 15% quando comparados aos que atuam em ambientes sem a presença da natureza, com estes dados podemos evidenciar o bem que podem trazer a habitações sociais com função de acolhimento.

4 ESTUDOS DE CASO

Foram analisados alguns projetos arquitetônicos relevantes como estudo de caso para desenvolver o anteprojeto de uma Casa Abrigo para mulheres e crianças em situação de vulnerabilidade para a cidade de Araguaína-TO.

4.1 Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica, Tel Aviv, Israel

Local: Tel Aviv-Yafo, Israel

Ano: 2018

Arquitetos: Amos Goldreich Architecture e Jacobs Yaniv Architects

Área Construída: 800 m²

Diferente dos projetos comuns de casa abrigo a concepção do projeto dos arquitetos Amos Goldreich e Jacobs Yaniv teve a participação e consultoria do grupo “No To Violence” coordenada pela ativista Ruth Rasnic, a equipe de Ruth participou do briefing com os arquitetos e poder público, apresentando necessidades e espaços que o abrigo necessários, o abrigo precisava acomodar até doze famílias de forma individual, mas precisam coexistir umas com as outras, assim como nas fotos que pode-se observar abaixo (Figura 1 e 2).

Figura 1 – Foto jardim interno



Fonte: Archdaily

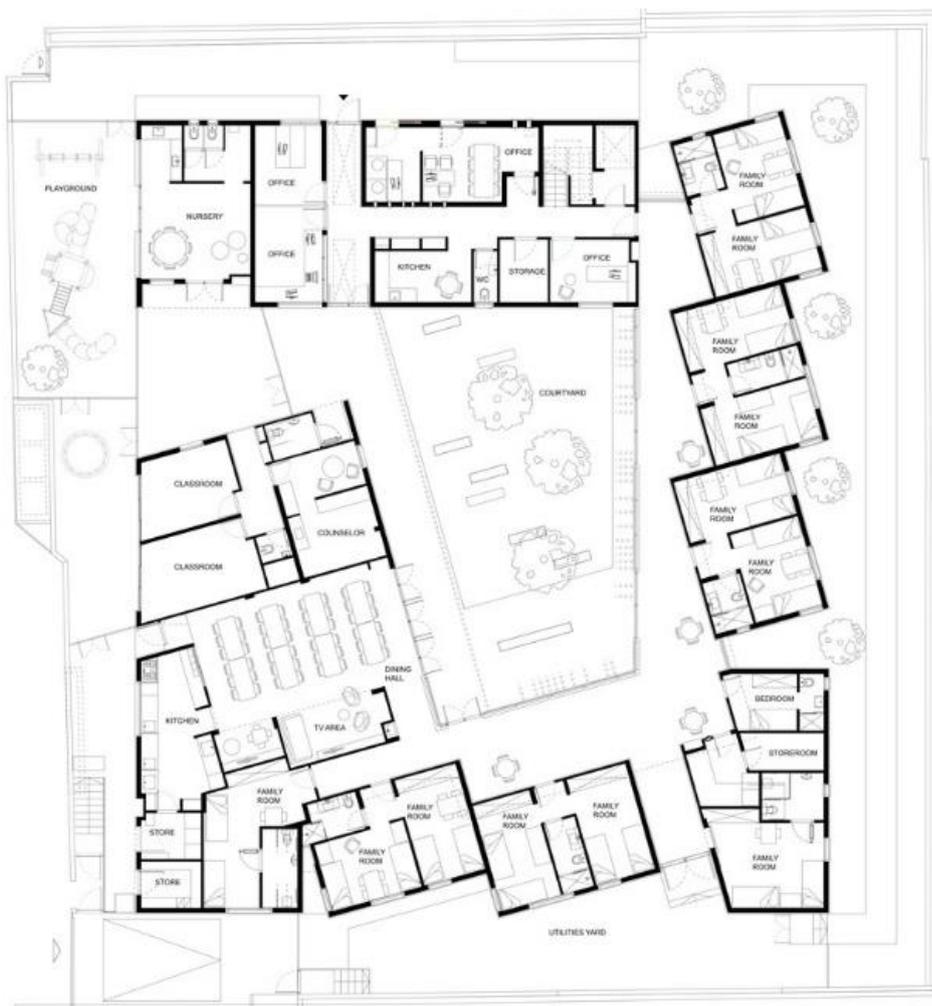
Figura 2 – Foto corredor entre blocos



Fonte: Archdaily

Na chegada ao abrigo cada vítima recebe uma “casa” individual, que foram pensadas de forma que cada vítima junto com a família tivesse o mínimo possível de alteração na rotina. Estas casas são moduladas e ligadas a corredores internos, os espaços comuns como jardim de infância, sala de informática, lavanderia, cozinha, refeitório, acomodação de funcionários, áreas de administrativas, e salas de atendimento foram distribuídos nas partes externas, tornando o abrigo muito bem setorizado (Figura 3).

Figura 3 – Layout térreo



Fonte: Archdaily

No centro do abrigo existe um santuário verde que é um jardim central que desempenha um papel muito importante no convívio dos abrigados, o corredor é permeável visualmente e conecta os espaços internos e externos, além de criar um espaço de fluxo livre onde as mulheres e crianças podem interagir, os arquitetos projetaram o jardim central que chamam de “coração terapêutico do abrigo”, além de servir como estratégia bioclimática o jardim integra a casa com a natureza.

Para a casa, concepção da casa abrigo a ser desenvolvido a partir deste trabalho, o que agregou deste estudo de caso foi, a integração do projeto com a vegetação de forma harmônica, ambientes integrados e espaços comuns abertos, além da construção modular que apesar de não ser o tipo de construção a ser utilizada agregou conhecimento pela forma que o projeto foi concebido quando trata-se de tipologia construtiva.

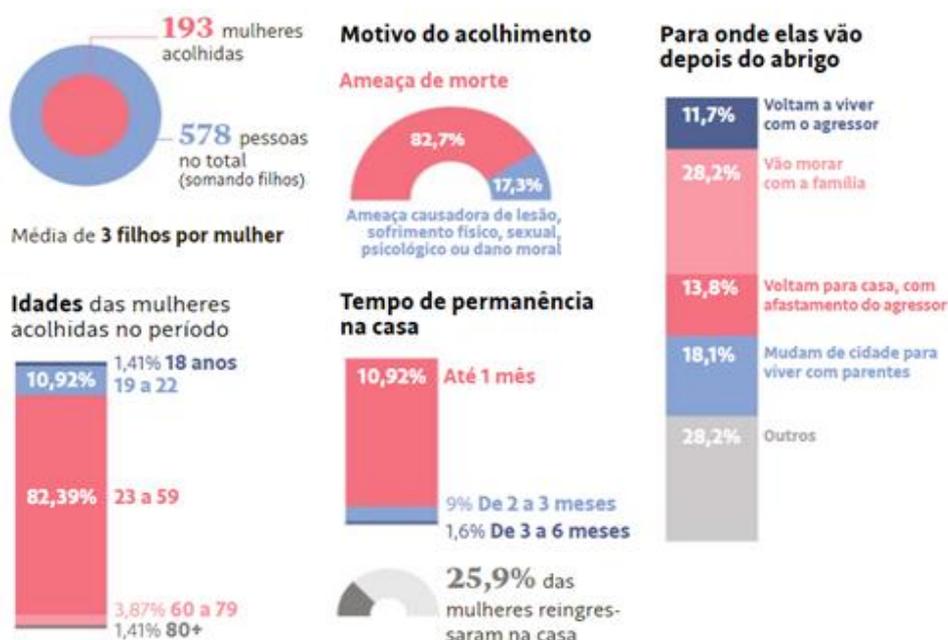
4.2 Casa de Apoio Viva Rachel, Rio Grande do Sul, Brasil

Local: Caxias do Sul, Rio Grande do Sul

Ano: 1999

A Casa de Apoio Viva Rachel presta um serviço de acolhimento emergencial para mulheres em situação de violência doméstica, presta atendimento na cidade de Caxias do Sul (RS), seguindo a política das casas abrigo a Casa Viva Rachel tem endereço sigiloso, e é um abrigo designado a atender e acolher mulheres e seus filhos em situação de violência doméstica, com risco de morte, o acolhimento do abrigo demonstrado no Infográfico 2 onde mostra o motivo que as levaram ao abrigo, idade média, tempo de permanência e até o lugar para onde estas mulheres vão ao sair do abrigo.

Infográfico 2 – Dados de acolhimento Casa de Apoio Viva Rachel



Fonte: d'AzMina, 2019

No abrigo Casa Viva Rachel as mulheres abrigadas não possuem acesso a celular ou internet, a casa possui uma espaços comuns para as mulheres e crianças fazerem atividades, biblioteca, horta, parquinho, televisão com canais abertos, além de uma ampla sala de jantar.

No abrigo, quando uma mulher é recebida a equipe consegue acelerar o atendimento jurídico, médico e social para as acolhidas, além de facilitar o processo

de guarda de filhos, receitas médicas, check-ups de saúde, assessoria jurídica para pensão e outras necessidades, notificação para trabalho e escola dos filhos.

Figura 4 – Foto sala Casa Viva Rachel



Figura 5 – Foto horta Casa Viva Rachel



Fonte: d'AzMina

Apesar da ausência de alguns dados relevantes como os arquitetos responsáveis e área construída, alguns dos pontos no projeto da casa abrigo serão importantes para o anteprojeto a ser desenvolvido, considerando principalmente o espaço previsto para a equipe multidisciplinar que trabalham no abrigo, será considerado principalmente os espaços para que profissionais de saúde e educação atendam tanto as mulheres abrigadas quanto seus filhos. Foi observado pelos dados coletados, que a casa abrigo parece ter ocupado uma edificação existente sendo reformada e adaptada para funcionalidade atual.

4.3 Casa da Mulher Brasileira, Brasília, Distrito Federal, Brasil

Local: Grandes Áreas Norte, Brasília, Distrito Federal

Ano: 2013

Área Construída: 3668,69 m²

Implantado a partir do programa “Mulher sem Violência” do governo federal em março de 2013, a Casa da Mulher Brasileira (CMB) tem como objetivo integrar os serviços especializados e multidisciplinares para o atendimento às mulheres em situação de violência. Tendo como autores Marcelo Ponte, Raul Holfiger e Valeria Laval, com o projeto arquitetônico padronizado, contemplando primícias como a integração dos serviços para facilitar o atendimento, espaços aconchegantes e

seguros para atendimento humanizado, além de estratégias bioclimáticas e uma identidade visual única fez com que as CMB se tornassem referência.

Figura 6 – Foto fachada CMB Brasília



Fonte: Leo Rizzo/SPM

Figura 7 – Foto jardim CMB Brasília

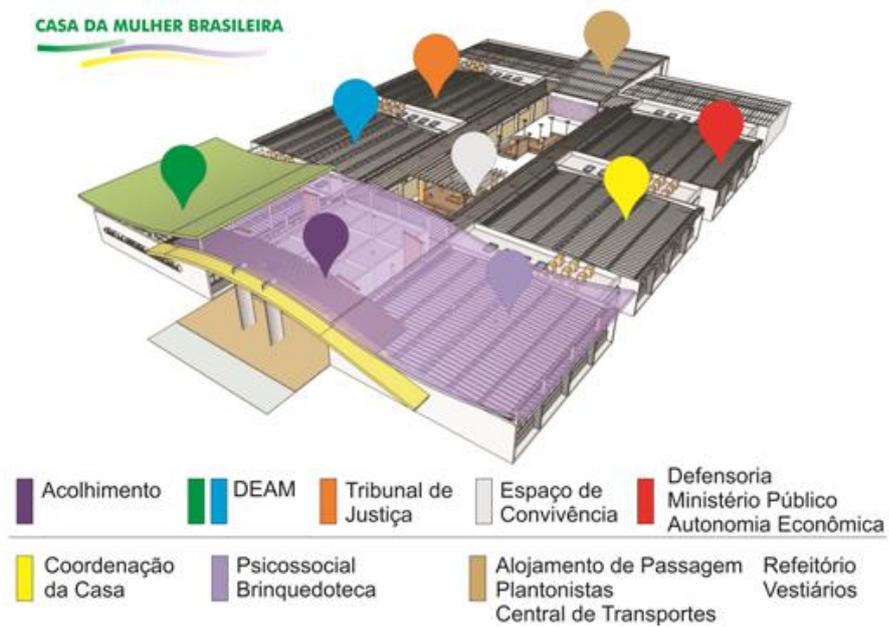


Fonte: CMB Brasília

A identidade visual da casa parte das cores verde e amarela simbolizando as cores da bandeira brasileira e a cor roxa associando a ideia de proteção e acolhimento a mulheres, além das cores e das formas servirem também como identificação, a casa fornece também apoio as vítimas para conseguirem autonomia financeira.

Uma das soluções projetuais adotadas pelos arquitetos foi a separação e setorização de cada modulo a partir do serviço prestado conforme esquema abaixo, cada modulo foi construído pra permitir subdivisões internamente, sendo que todos os módulos são voltados a um corredor com pátio central, integrando os espaços servido de multiuso. Uma das referências do projeto da CMB que pode acrescentar no desenvolvimento do projeto tema deste trabalho é a setorização dos blocos por atividades e o jardim central, além das áreas para multiprofissionais que a casa possui.

Figura 8 – Setorização CMB Brasília



Fonte: Secretaria de Política para as Mulheres

5 DESENVOLVIMENTO PROJETUAL

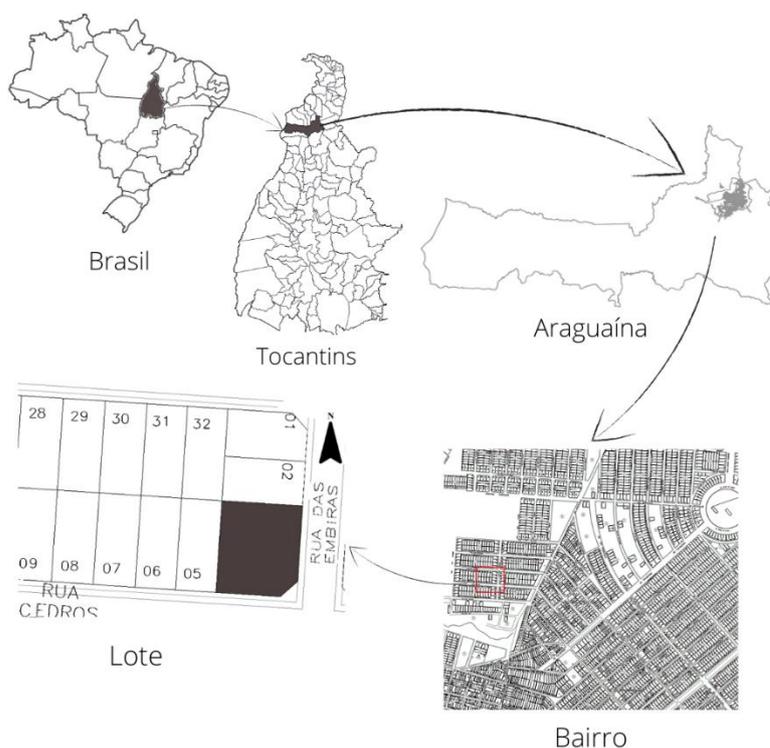
5.1 Escolha e análise do terreno

A área de intervenção foi escolhida tendo em vista aspectos ambientais, físicos e funcionais, além de questões associadas às melhores condições de ventilação e disposição solar. A partir disso, foi elaborado o programa de necessidades e fluxograma, considerando também a aplicação das normas técnicas e legislações vigentes e significativos a tipologia do anteprojeto.

5.1.1 Localização

A cidade de Araguaína encontra-se às margens do rio Lontra e vários outros córregos, sendo o de maior relevância o Córrego Neblina e possui um perímetro urbano de 80 quilômetros, conforme a terceira imagem do mapa de situação, figura 9. Os lotes escolhidos para a intervenção, apresentados na figura 9, tema deste trabalho são os lotes 3 e 4, localizados na quadra 66, Rua das Embiras, Bairro da Cimba, Araguaína – TO, sendo o lote 4 um lote de esquina. Os lotes 3 e 4 possuem as medidas de 13,97x25,12 metros e 14,92x25,12 metros, respectivamente, e somados, possuem área total de 713,24 m².

Figura 9: Localização da área de intervenção



Fonte: Google 2021, adaptado pelo autor (2021)

5.1.2 Acessos

Os acessos podem ser feitos pela da Rua dos Angicos, Rua dos Cedros e Rua das Embiras, como mostrado na figura 10, sendo todos estes asfaltados.

Figura 10: Mapa de acessos



Fonte: Google Earth 2021, adaptado pelo autor (2021)

5.1.3 Entorno

O apêndice A, mostra os estabelecimentos relevantes para a proposta, no entorno dos lotes, considerado o raio 1,5 km. É possível observar através do mapa a quantidade significativa de estabelecimentos como escolas, faculdades, praças, estabelecimentos estes que podem ser utilizados pelas moradoras do abrigo, além da proximidade com o CRAS, UPA e UBS, que são relevantes e de possível uso para as abrigadas.

5.1.4 Levantamento fotográfico

Os lotes escolhidos possuem vegetação predominante do tipo rasteira, sem vegetação de grande ou médio porte, possuem ainda infraestrutura completa e construções residenciais somente no lado direito, confrontante com o lote 4, como observado no apêndice B.

5.2 Infraestrutura existente

5.2.1 Sistema Aéreo

O aeroporto de Araguaína é administrado pela empresa ASAERO - Serviços Aeroportuários e localiza-se a 8 km do centro de Araguaína, para o qual existem linhas de ônibus regular e táxis em toda a área de desembarque, o aeroporto está localizado a cerca de 12km de distância da área de intervenção.

5.2.2 Sistema viário

A principal via de acesso a cidade é a rodovia BR-153, que corta o município no sentido norte-sul e no sentido Leste e Oeste, a principal estrada de acesso a cidade é a rodovia estadual TO-222, mapa viário apresentado no apêndice C.

5.2.3 Transporte Coletivo

Quanto ao transporte coletivo de Araguaína, a administração é realizada pelo Grupo Passaredo desde 2016, nas vias acima, apêndice D, passam linhas de transporte coletivo que passam próximas a área de intervenção.

5.2.4 Água e esgoto

A concessão para abastecimento de água e tratamento de esgoto do município de Araguaína pertence a empresa BRK Ambiental – Saneatins. O município possui 99% da população urbana atendida com abastecimento de água tratada, já o atendimento com esgoto corresponde a 12% da população urbana atendida, conforme Plano Municipal de Água e Esgoto (PMAE, 2013).

5.2.5 Energia e telecomunicação

Quanto ao fornecimento de energia elétrica toda a parte urbana da cidade possui abastecimento, o qual é feito através da Pequena Central Hidrelétrica Corujão (PCH Corujão), atendido pela concessionária de energia elétrica, Energisa. Quanto aos serviços de telecomunicação, a cidade e área de intervenção é atendida tanto por operadoras de telefonia quanto por operadoras de internet.

5.2.6 Pavimentação

As vias de acesso a área e do entorno são asfaltadas segundo registro fotográfico apresentado no apêndice E, sendo que estas vias são de trânsito local e de baixo fluxo de veículos.

5.3 Condicionantes físicos/ambientais do terreno

5.3.1 Incidência solar

A incidência solar predominante conforme apresentado na carta solar e mapa presentes no apêndice F, onde mostra que ocorre principalmente nas fachadas Oeste e Norte. Para solucionar problemas quanto a incidência solar direta será priorizada nestes sentidos os ambientes de curta permanência, além de adotado estratégias previstas na NBR 15220-1/2005, onde trata de desempenho térmico e zoneamento bioclimático, onde o Tocantins localiza-se na zona 7.

5.3.2 Ventilação

De acordo com o estudo de ventilação realizado que gerou a rosa dos ventos e mapa apresentados no apêndice G, tem-se que os ventos predominantes são dos sentidos Leste, Norte e Noroeste, em ordem de predominância, sendo que os meses de ventos mais fortes são entre junho e outubro. Em função disso, as aberturas prioritariamente estarão voltadas para estes sentidos.

5.3.3 Topografia e vegetação

Os terrenos escolhidos possuem desnível Norte-Sul de -0,52 metros e Leste-Oeste de -0,66 metros como mostrado nas figuras presentes no apêndice H; quanto a vegetação, o terreno não possui vegetação de médio ou grande porte conforme ilustrado anteriormente (apêndice B), como solução para este tema será elaborado uma proposta de paisagismo.

5.4 Programa de necessidade e pré-dimensionamento

O programa de necessidades e pré dimensionamento, presente no apêndice I, foi elaborado com base nas orientações do Termo de Referência para apoio a Casas Abrigo e Centros de Referência criados através das Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em situação de risco e de Violência.

5.5 Funcionograma

O funcionograma, apêndice J, foi elaborado considerando o fluxo de atendimento para vítimas de violência descrito nas diretrizes nacionais para o abrigo de mulheres em situação de risco e de violência, criado a partir do decreto N° 6.387 para este público, em que as mulheres que são admitidas no abrigo virão através de outros órgãos como, DEAMs, Casas de apoio, Centros de referência ao atendimento da mulher e Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), sempre acompanhadas por uma autoridade policial e assistente social. Desta forma, o funcionograma foi pensado para que deixasse o acesso restrito nos ambientes em que as abrigadas irão estar, relacionando também com o partido conceitual proposto.

6 LEGISLAÇÃO

6.1 Normas gerais de uso do solo

6.1.1 Plano diretor do Município de Araguaína

O plano diretor de Araguaína foi fundamentado através da lei complementar N° 051 de 2 de outubro de 2017, o qual dispõe de diretrizes e estratégias para o desenvolvimento e de crescimento da área urbana do município. Por se tratar de um abrigo com necessidade de localização sigilosa foi utilizado como objeto deste trabalho um lote de tipologia residencial.

6.1.2 Código de Obras do Município de Araguaína

A Lei N.º 2496 de 28 de dezembro de 2006 é relativa a última alteração feita no Código de Obras de Araguaína, criado através da Lei n.º 999, de 15 de dezembro de 1989 e alterado pela Lei n.º 1.773 de 05 de janeiro de 1998. Por não trazerem informações e índices claros de percentuais e usos admitidos, serão usados os percentuais relativos a uso residencial detalhado na cartilha de edificações do município (Anexo 1), sendo que para este uso a cartilha, onde traz os seguintes usos admitidos, 60% Taxa de Ocupação; 20% Área Permeável, sendo os seguintes recuos 5,0 metros frontal; 1,5 m em uma das laterais, podendo encostar um dos lados, 1,5 m no fundo, em caso de edículas é admitido a edificação construída podendo encostar as laterais, com 4,0 m de profundidade, totalizando no máximo 60 m² de área construída.

6.2 Diretrizes nacionais para o abrigamento de mulheres em situação de risco e de Violência

As diretrizes nacionais de abrigamento para mulheres foi criado para cumprimento da Lei Maria da Penha a partir do decreto N° 6.387 de 5 de março de 2008 a partir do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. As diretrizes trazem conceitos e importância das casas abrigo, além das novas contribuições através do Workshop Nacional da Política de Abrigamento como, a vinculação das casas abrigo a assistências sociais quando possível, a institucionalização destas criadas por lei e parcerias com serviços e órgãos públicos, a articulação com a secretaria de segurança pública com apoio de delegacias da mulher e o sigilo que é um pré-requisito na implantação de casas abrigo.

6.3 Termo de Referência: Apoio a casas abrigo e centros de referência

O termo de referência criado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres que visa o fortalecimento da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, proposta pela SPM e tem como objetivo a criação e manutenção de uma rede de atendimento à mulher. Este termo organiza os serviços prestados, delimita público atendido, além de trazer os padrões mínimos para implantação destas casas abrigo.

Por se tratar de ambientes que abrigam vítimas com grave ameaça questões de segurança e sigilo são muito importantes e foram previstos também no termo de referência onde, o sigilo e a segurança são condições essenciais para o seu funcionamento. O caráter sigiloso do serviço de moradia protegida deve ser preservado através de medidas preventivas como a não divulgação do endereço e exige a presença de um serviço de vigilância de 24 horas, provido pelo próprio município ou estado.

O termo prevê o programa de necessidades básico como um imóvel onde garanta no mínimo 10m² por pessoa, localização do abrigo, de preferência em área residencial, não contando com presença aparente de guaritas ou placas de identificação, sendo este um ambiente discreto.

6.4 NBR 9050/2020 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos

A norma 9050/2020 estabelece critérios a serem utilizados em projetos e construções visando a acessibilidade que é a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida. Propondo a utilização completa do edifício, para a implantação da casa abrigo será considerado os critérios estabelecidos nesta NBR, em todos os espaços, mobiliários construídos e montados, além dos acessos, áreas externas, rampas e afins.

6.5 NBR 15575-1/2013 Edificações Habitacionais — Desempenho

Esta norma determina os requisitos e critérios de desempenho que se aplicam às edificações habitacionais em um todo, estabelece critérios relativos ao desempenho térmico, acústico, lumínico e de segurança ao fogo, que devem ser atendidos individual e isoladamente, desempenho acústico e desempenho de ventilação. No que tange a desempenho térmico A edificação habitacional deve reunir características que atendam às exigências de desempenho térmico, considerando-se a zona bioclimática definida na ABNT NBR 15220-3, a proposta de anteprojeto tema deste trabalho irá atender os critérios determinados nestas normas.

6.6 Código de Segurança Contra Incêndio e Emergência em edificações e áreas de risco no Estado

O código estadual e estabelece normas e medidas de prevenção e segurança contra incêndio e emergência em edificações e áreas de risco, a regularização é exigida e abrange a construção, instalação, reforma, ampliação, modificação, funcionamento e habitação, com exceção das edificações residenciais unifamiliares e residências exclusivamente unifamiliares localizadas no pavimento superior de ocupações mistas com até dois pavimentos.

7 INFRAESTRUTURA PREVISTA

7.1 Sistema Construtivo

O sistema construtivo se dará através de alvenaria convencional substituindo o bloco cerâmico por tijolos ecológicos e serão utilizados na de vedação, e tem função termoacústica, e possui redução significativa com resíduos; além disso o tijolo ecológico é feito somente de argila, cimento e água e não tem a necessidade de queima e não tem a necessidade de mão de obra especializada. O complexo administrativo será feito um bloco contínuo também de alvenaria convencional, sem paredes divisórias, esta que será feita posteriormente de drywall, que possibilita flexibilidade para mudanças futuras.

7.2 Sistema Estrutural

O sistema estrutural proposto, contará com pilares, vigas e lajes de concreto armado, sendo que a fundação será do tipo sapata isolada, pois este tipo possui um custo mais acessível, rapidez de execução, a não tem necessidade de mão de obra especializada. O telhado pretendido será de estrutura metálica, cuja tipologia foi escolhida devido o curto tempo de montagem, possibilidade de vãos maiores e estrutura final mais leve além do impacto ambiental reduzido. As telhas usadas serão do tipo termo acústicas, estas possuem vantagens como isolamento acústico, térmico, conseqüentemente reduz o custo com energia elétrica devido o uso de ar condicionado e possui também ação retardante contra chamas.

7.3 Materiais

Para esta proposta foi previsto a utilização de materiais como concreto utilizado na estrutura, vidro nas aberturas, telhado com eps, piso de granilite em alguns ambientes comuns, blocos de cimento na horta, piso intertravado nos acessos, grama nos jardins e pisos táteis e barras fixas para acessibilidade, como apresentado no apêndice K.

8 INSTALAÇÕES PREDIAIS

Para esta proposta de anteprojeto tema deste trabalho, tendo o respaldo o Código de Obras do Município de Araguaína, visando que o pré-dimensionamento do abrigo superou os 700m² de área edificável, será necessário como instalações

prediais o atender às normativas de combate a incêndio, além das demais instalações básicas de um edifício que, de acordo com a norma técnica para edificações com área construída acima de 700,00m², possuir até dois pavimentos, ter lotação máxima de 300 pessoas, quando se tratar de local de reunião de público e para uso com armazenamento de produtos tóxicos ou inflamantes, devem atender às diretrizes da norma, no que se trata de iluminação e saída de emergência, sinalização e extintores de incêndios e até hidrantes quando for o caso.

9 PARTIDO

9.1 Desenvolvimento do partido arquitetônico adotado

O partido arquitetônico adotado na concepção do projeto foi o acolhimento simbolizado pelo abraço, assim como na figura 11, que através de um desenho por linhas contínuas retrata o abraço de uma mãe e o seu filho, o acolhimento. Teoricamente este é o ato ou efeito de acolher, em suas várias definições, uma ação de aproximação, um “estar com” e um “estar perto”, ou seja, uma atitude de inclusão, acolher é dar suporte a pessoa e aos sentimentos, o acolhimento apoia e fortalece relações.

Figura 11: Desenho contínuo simbolizando um abraço entre mãe e filho



Fonte: Valenty, 2018

Um estudo da Universidade Médica de Viena, conduzida pelo médico neurofisiologista Jürgen Sandkühler mostrou que, abraçar reduz o stress, medo e ansiedade, o abraço ainda promove o bem-estar e melhora a memória. Além disso o abraço amplia nosso sentimento de auto aceitação, fortalece conexões, expressa apoio e amor. Todos esses efeitos devem-se à produção de oxitocina no organismo que é liberada na corrente sanguínea das duas pessoas que se abraçam, relaxando o corpo, diminuindo níveis de cortisol, ritmo cardíaco e até a pressão arterial (Revista Saúde, 2017).

Sabe-se que após a saída do ciclo de violência essa vítima e abrigada está sensível e precisa de acolhimento seja ele, social, psicológico, jurídico e este acolhimento também será dado através de uma arquitetura que possibilita a criação

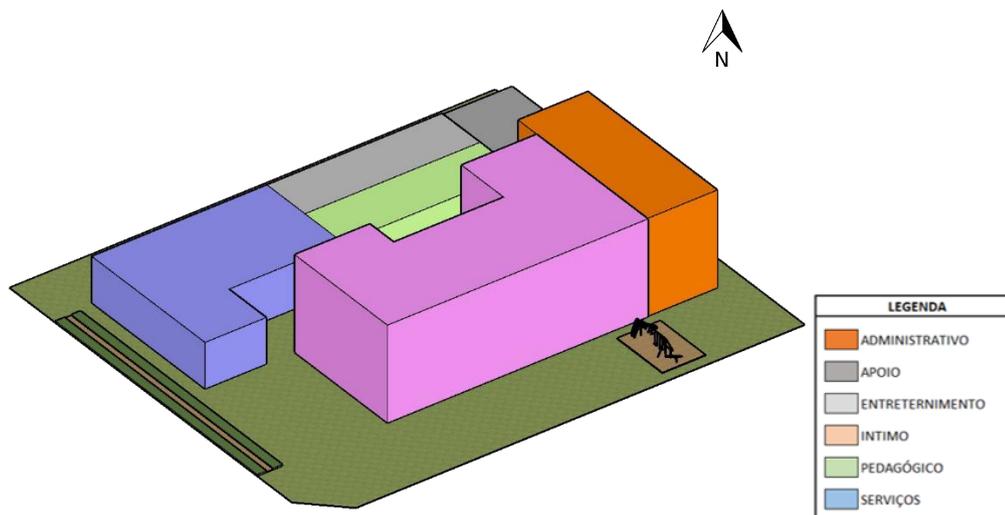
de ambientes harmônicos, aconchegantes e seguros, prestando o apoio necessário as vítimas, fornecendo qualificação para as abrigadas durante o tempo de permanência, profissionalizando esta mulher para que ela possa trabalhar e possibilitando a independência financeira e atendimento humanizado.

O partido com relação a forma, funcionará também como um “abraço”, sendo que os quartos tanto individuais quanto os familiares serão “abraçados” pelos demais setores, o complexo administrativo, de apoio, entretenimento e serviços irão ficar em torno do complexo íntimo, e o no centro do abrigo terá um jardim, seguindo conceito de biofilia que trará sensação de proteção e acolhimento as abrigadas.

9.2 Estratégia compositiva

A estratégia compositiva se deu através do alinhamento do funcionograma e partido conceitual, visando o acesso protegido aos espaços com uso limitados as abrigadas, conforme apresentado na figura 12. Os complexos administrativos e intimo terão pavimento térreo e superior.

Figura 12: Estratégia compositiva e setorização



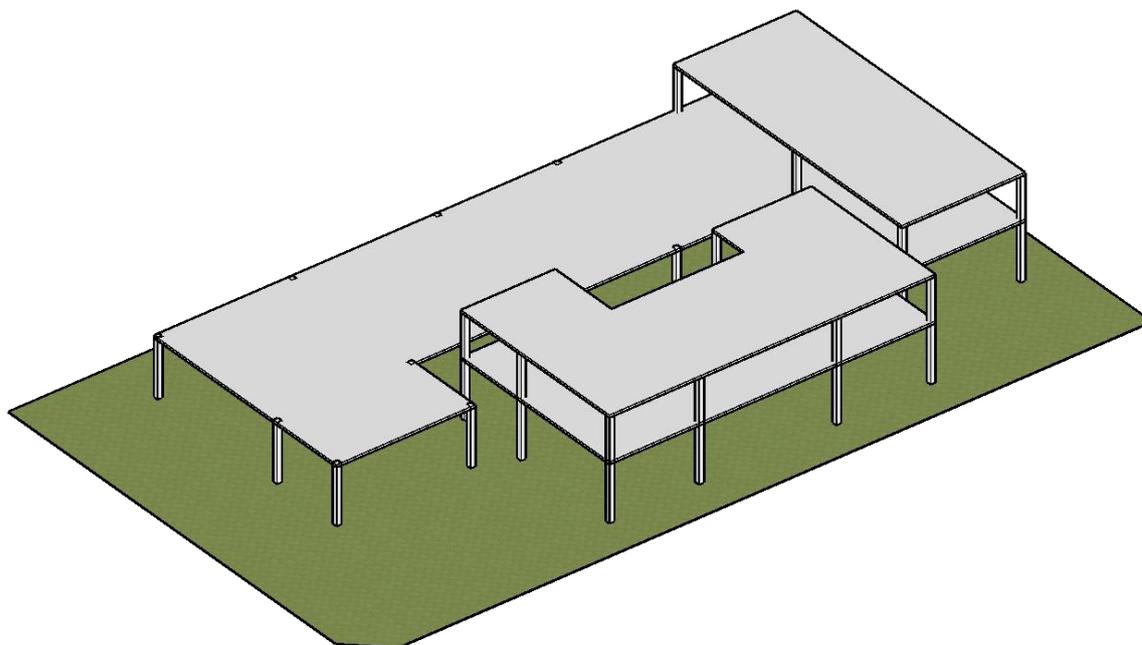
Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

9.3 Modulação estrutural

A modulação estrutural foi proposta baseada nos materiais descritos no tópico sistema estrutural, que resultou na modulação abaixo, figura 13. A laje foi utilizada pois, possui funções térmicas e acústica, além de representar baixo custo com manutenção e poder fornecer segurança, não sendo possível o acesso direto através

do telhado, um ponto importante considerado pois este espaço abrigará vítimas em grave risco.

Figura 13: Modulação estrutural

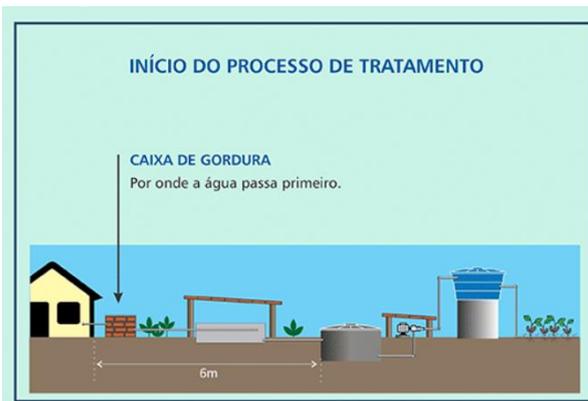


Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

9.4 Tecnologias sustentáveis

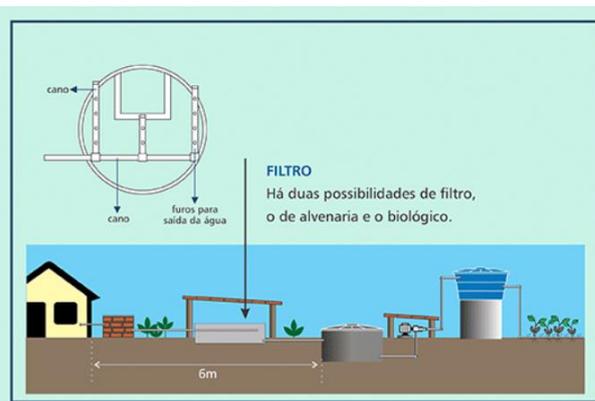
Como tecnologias sustentáveis propostas foram priorizadas soluções bioclimáticas simples e de baixo custo, através de ventilação cruzada, aberturas zenitais, utilização de energia limpa, além destas, o anteprojeto contará com espaços abertos e jardins internos e externos permitindo a redução da temperatura pela presença da vegetação, podendo reduzir os gastos com energia elétrica pelo uso de ar condicionados. Além disto será proposto o reuso, das águas utilizadas nos chuveiros, lavatórios, na pia da cozinha, tanque e máquina de lavar, que após um processo de filtragem, o reaproveitamento se faz possível para irrigação da horta. A implantação será conforme esquema das figuras abaixo do processo de tratamento de água para reuso através do passo a passo, um projeto da ONG Semear Internacional.

Figura 14: Passo 1 para tratamento



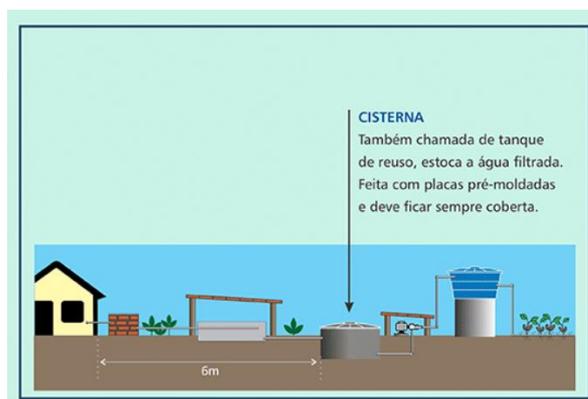
Fonte: Semear Internacional (2020)

Figura 15: Passo 2 para tratamento



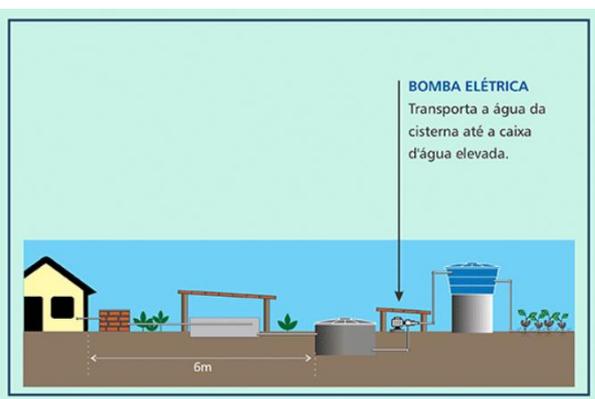
Fonte: Semear Internacional (2020)

Figura 16: Passo 3 para tratamento



Fonte: Semear Internacional (2020)

Figura 17: Passo 4 para tratamento



Fonte: Semear Internacional (2020)

Figura 18: Passo 5 para tratamento

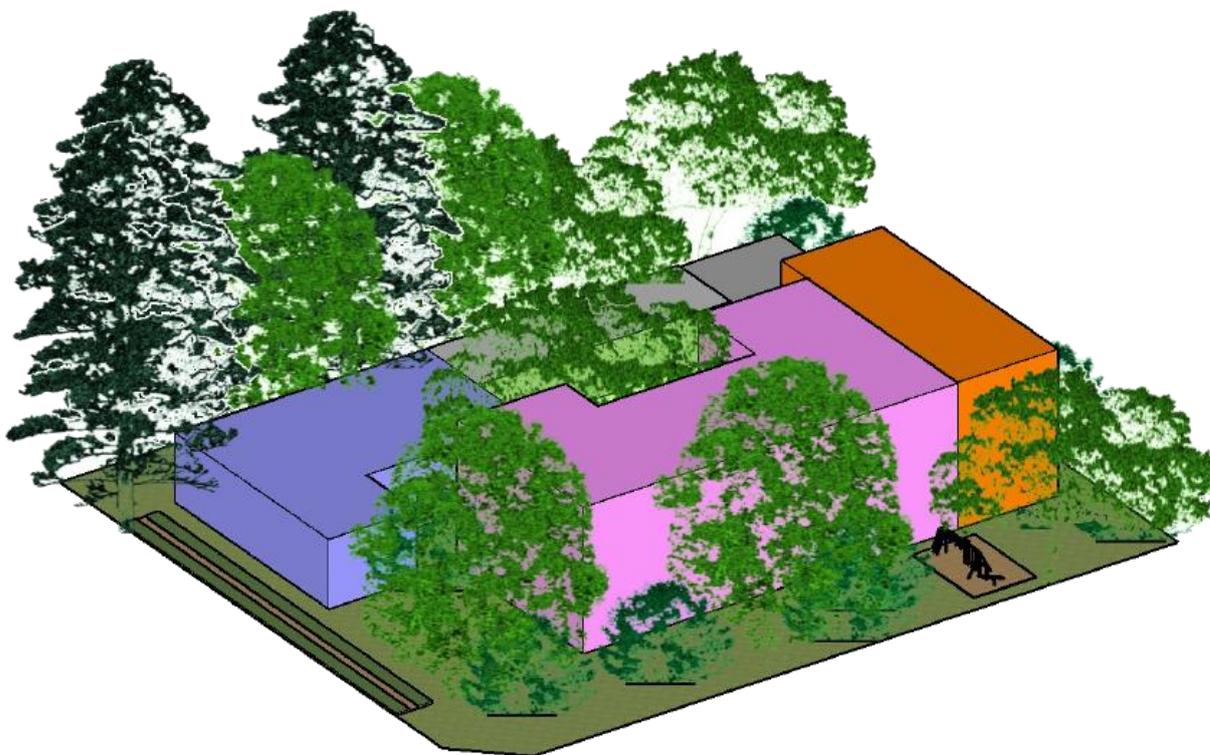


Fonte: Semear Internacional (2020)

9.5 Vegetação e paisagismo

Para o paisagismo está sendo previsto vegetações de grande e médio porte e vegetações nativas do bioma local, conforme esquema mostrado na figura 19. O paisagismo contará com a implantação de uma horta onde será cultivado hortaliças e verduras, que serão utilizadas na alimentação das moradoras do abrigo, contará também com jardim central na divisão entre os complexos, além de arborização em torno do parque infantil.

Figura 19: Proposta de paisagismo e vegetação



Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

O paisagismo foi pensado para integrar as abrigadas a natureza, através de espaços livres, além dos benefícios que a vegetação proporciona ao ser humano, tais como, o bem-estar psicológico, estético, sombreamento, proteção contra o vento, diminuição da poluição sonora, redução do impacto da água de chuva, auxílio na diminuição da temperatura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dada a importância deste tema, e considerando os crescentes casos de violência contra a mulher, seja ela violência doméstica, familiar ou sexual, considerando as estimativas globais apresentada pela OMS, onde indica que uma em cada três mulheres em todo o mundo em algum momento foi vítima destes tipos de violência e que estas estão ocorrendo cada vez mais cedo, tanto que, estudos revelaram que 25% das mulheres a partir de 15 anos são vítimas da violência de gênero (ONU, 2021).

Mesmo com os avanços jurídicos, voltados a este tema que o Brasil passou ao decorrer dos anos, como, a Lei Maria da Penha, o “ligue 180” que é um canal especializado para lidar e direcionar as denúncias de violência contra a mulher, as DEAMs, delegacias exclusivas para atendimento destas vítimas, e os CRM, Centros de Referência para atendimento de mulheres que sofreram quaisquer tipo de violência. Ainda com estes amparos, observa-se a dificuldade da vítima em romper o ciclo de violência, sendo que em alguns casos estas, acabam retirando a queixa e retornando a sua moradia com o agressor, o que em alguns casos resultam em feminicídio, por estes motivos nota-se a importância do acompanhamento posterior a saída desta mulher.

Nesse sentido, esta pesquisa consistiu em um levantamento sobre os índices de violência doméstica no Brasil em especial no Tocantins, para o desenvolvimento posterior de um anteprojeto de uma Casa Abrigo que acolherá mulheres vítimas de violência de gênero, onde as vítimas serão abrigadas temporariamente, recebendo apoio multiprofissional desde a entrada, permanência e até após saída do abrigo, que será um local de abrigo tanto físico quanto emocional, ajudando a vítima a construir um novo futuro.

REFERÊNCIAS

ABRIGO CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. São Paulo: Helena Bertho, 2019. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/abrigo-contr-a-violencia-domestica-2/>. Acesso em: 14 abr. 2021.

Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica / Amos Goldreich Architecture + Jacobs Yaniv Architects [Shelter For Victims Of Domestic Violence / Amos Goldreich Architecture + Jacobs Yaniv Architects] 08 Jun 2018. ArchDaily Brasil. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/895789/abrigo-para-vitimas-de-violencia-domestica-amos-goldreich-architecture-plus-jacobs-yaniv-architects>. Acessado 19 Abr. 2021.

ALINE VICENTIM. **A trajetória jurídica internacional até formação da lei brasileira no caso Maria da Penha.** 2010. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-80/a-trajetoria-juridica-internacional-ate-formacao-da-lei-brasileira-no-caso-maria-da-penha/>. Acesso em: 24 mar. 2021.

ARCHITECTS, **Jacobs Yaniv. Shelter for battered women.** Disponível em: <http://www.jacobs-yaniv.com/projects/shelter-for-battered-women/>. Acesso em: 19 abr. 2021.

ARCHITECTURE, **Amos Goldreich. Shelter for Victims of Domestic Violence.** Disponível em: <https://agarchitecture.net/portfolio/shelter-for-victims-of-domestic-violence/>. Acesso em: 19 abr. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ACESSIBILIDADE A EDIFICAÇÕES, MOBILIÁRIO, ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS URBANOS: ABNT NBR 9050.** Brasil, 2020. Disponível em: https://www.caurn.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/ABNT-NBR-9050-15-Acessibilidade-emenda-1_-03-08-2020.pdf. Acesso em: 02 jun. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Desempenho térmico de edificações Parte 3: Zoneamento bioclimático brasileiro e diretrizes construtivas para habitações unifamiliares de interesse social: ABNT NBR 15220-3.** Brasil, 2003. Disponível em: https://labeee.ufsc.br/sites/default/files/projetos/normalizacao/Termica_parte3_SET2004.pdf. Acesso em: 02 jun. 2021.

BRASIL (Município). **Lei nº 2496, de 28 de dezembro de 2006. Código de Obras e Edificações do Município de Araguaína.** Araguaína, TO, 28 dez. 2006. Disponível em: https://araguaina.to.leg.br/wp-content/uploads/2017/06/lei_n_2_496.pdf. Acesso em: 31 maio 2021.

BRASIL (Município). **Projeto de lei complementar de revisão do plano diretor.** Araguaína, TO, 28 dez. 2006. Disponível em: https://leis.araguaina.to.gov.br/Leis/plano_diretor2017.pdf. Acesso em: 31 maio 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 06 abr. 2021.

BRASIL. SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Termo de Referência: Apoio a casas abrigo e centros de referência.** Brasília: Presidência da República, 2006. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/comissoes/documentos/SSCEPI/DOC0047-3-TERMOS%20DE%20REFER%C3%8ANCIA%202007.pdf>. Acesso em: 29 maio 2021.

CASA DE APOIO VIVA RACHEL, EM CAXIAS DO SUL, COMPLETA 20 ANOS: Conforme a coordenação do serviço, de janeiro a meados de outubro de 2019, 63 mulheres e 61 crianças e adolescentes foram abrigados. Porto Alegre, 29 nov. 2019. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/geral/noticia/2019/11/casa-de-apoio-viva-rachel-em-caxias-do-sul-completa-20-anos-11886518.html>. Acesso em: 16 abr. 2021.

CASAS SIGILOSAS BLINDAM MULHERES DE COMPANHEIROS VIOLENTOS: Reportagem passa uma semana em uma das 70 instituições no país que abrigam vítimas de violência. São Paulo, 23 jul. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/07/casas-sigilosas-blindam-mulheres-de-companheiros-violentos.shtml>. Acesso em: 14 abr. 2021.

COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLENCIA CONTRA A MULHER. **Processo de Monitoramento e Avaliação das Políticas de Enfrentamento à Violência contra Mulheres: ciclo de avaliação 2019/2020.** Brasília: Senado Federal, 2021. 81 p. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/pdfs/avaliacao-permanente-ciclo-2019-2020>. Acesso em: 24 mar. 2021.

Comunicação Social Secretaria de Políticas Para As Mulheres –. **Casa da Mulher Brasileira é inaugurada em Brasília.** 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/noticias-spm/noticias/casa-da-mulher-brasileira-e-inaugurada-em-brasilia>. Acesso em: 21 abr. 2021.

Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres – ONU Mulheres (org.). **Diretrizes Nacionais Femicídio: com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres.** Brasília: Imprensa Nacional Sig, 2016. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes_femicidio_FINAL.pdf. Acesso em: 16 abr. 2021.

FASTFORMAT. **Pesquisa qualitativa e quantitativa: qual usar no seu TCC?** Disponível em: <https://blog.fastformat.co/pesquisa-qualitativa-e-quantitativa-tcc/>. Acesso em: 02 abr. 2021.

FORMIGHIERI JUNIOR, Aloisio. **Casa-Abrigo em Curitiba para mulheres vítimas de violência doméstica.** 2015. 117 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Paraná, 2015. Disponível em: <http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/9854>. Acesso em: 19 abr. 2021.

GOVERNO DO PARANÁ. SECRETARIA DA JUSTIÇA FAMÍLIA E TRABALHO. **A Lei Maria da Penha: uma análise sociojurídica da violência doméstica no Brasil**. Disponível em: <http://www.justica.pr.gov.br/Pagina/Lei-Maria-da-Penha-uma-analise-sociojuridica-da-violencia-domestica-no-Brasil#>. Acesso em: 07 abr. 2021.

ILHA, Michele Mazza; LEAL, Sandra Maria Cezar; SOARES, Joannie dos Santos Fachinelli. **Mulheres internadas por agressão em um hospital de pronto socorro: (in)visibilidade da violência**. 2010. 9 f. Monografia - Curso de Enfermagem, Escola de Enfermagem da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinós), Porto Alegre, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472010000200018. Acesso em: 16 abr. 2021.

INTERNACIONAL, Semear. **Gestão das Águas: reuso de águas cinzas**. Reuso de águas cinzas. Disponível em: <http://portalsemear.org.br/boaspraticas/reuso-de-aguas-cinzas/>. Acesso em: 06 jun. 2021.

LACERDA, Juliana Ferreira Santos Bastos. **Avaliação da sustentabilidade na construção civil dos sistemas construtivos convencional e industrializado no Brasil**. 2014. 135f. Dissertação de Mestrados Profissional em Produção, Instituto Tecnológico de Aeronáutica. São José dos Campos, Disponível em: http://www.fcmfmpep.org.br/site/sites/default/files/dissertacoes/turma1/Juliana_DP-060_2014.pdf. Acesso em: 06 jun. 2021.

MARCÃO, Margarida. **Abraço, o Todo Poderoso**. Disponível em: <https://www.oficinadepsicologia.com/abraco-o-todo-poderoso/>. Acesso em: 05 maio 2021.

MEDEIROS, Juliana. **Acolhimento Institucional: o que é e quais as modalidades?** 2020. Disponível em: <https://www.gesuas.com.br/blog/acolhimento-institucional/>. Acesso em: 28 abr. 2021.

Observatório da Mulher Contra a Violência. **Boletim Mulheres e seus Temas Emergentes: Instituto de Pesquisa Datasenado**, 2020. 5 p. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/pdfs/14-anos-maria-da-penha>. Acesso em: 21 abr. 2021.

Observatório da Mulher contra a Violência. **Pesquisa Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher**. Senado Federal. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pesquisa-violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher>. Acesso em: 08 abr. 2021.

OLIVEIRA, NINAH BEATRIZ. (ed.). **Comitê de Prevenção à Violência Doméstica busca melhorar atendimento às vítimas no Norte do Tocantins**. 2017. Disponível em: <http://www.tjto.jus.br/index.php/listagem-noticias/4770-comite-de-prevencao-a-violencia-domestica-busca-melhorar-atendimento-as-vitimas-no-norte-do-tocantins>. Acesso em: 06 abr. 2021.

OPAS/OMS BRASIL (org.). **Folha informativa - Violência contra as mulheres.**

Brasília: Opas/Oms Brasil, 2017. Disponível em:

https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5669:folha-informativa-violencia-contra-as-mulheres&Itemid=820. Acesso em: 22 mar. 2021.

PMAE. Araguaína, TO. Disponível em: <https://araguaina.to.gov.br/portal/pdf/13.pdf>.

Acesso em: 02 jun. 2021.

PREFEITURA DE ARAGUAÍNA. **Código de Edificações - Araguaína.** Araguaína:

Secretaria de Planejamento, 2013. Disponível em:

<https://araguaina.to.gov.br/portal/pdf/Codigo-de-Edifica%C3%A7oes-Araguaina.pdf>.

Acesso em: 01 jun. 2021.

Secretaria de Políticas para as Mulheres (org.). **Diretrizes Nacionais para o**

Abrigamento: de mulheres em situação de risco e de violência. Brasília:

Assessoria de Comunicação da Secretaria de Políticas Para As Mulheres, 2011.

Disponível em: [https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-](https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/diretrizes-nacionais-para-o-abrigamento-de-mulheres-em-situacao-de-risco-e-de-violencia)

[violencia/pdfs/diretrizes-nacionais-para-o-abrigamento-de-mulheres-em-situacao-de-risco-e-de-violencia](https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/diretrizes-nacionais-para-o-abrigamento-de-mulheres-em-situacao-de-risco-e-de-violencia). Acesso em: 03 abr. 2021.

Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. **O que é: a assistência social é uma política pública; um direito de todo cidadão que dela necessitar.** 2015.

Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/o-que-e>. Acesso em: 27 mar. 2021.

SILVA, Maria Caroline de Oliveira. **CASA ABRIGO: ACOLHIMENTO E SUPORTE ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA EM PORTO NACIONAL.** 2019. 120 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Tocantins Campus Universitário de Palmas, Palmas, 2019. Disponível em:

<http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/1710>. Acesso em: 05 abr. 2021.

SOUZA, Natalia de. **Arquitetura e Humanidade - Casa de Apoio ao Gênero Feminino.** 2018. 135 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo,

Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em:

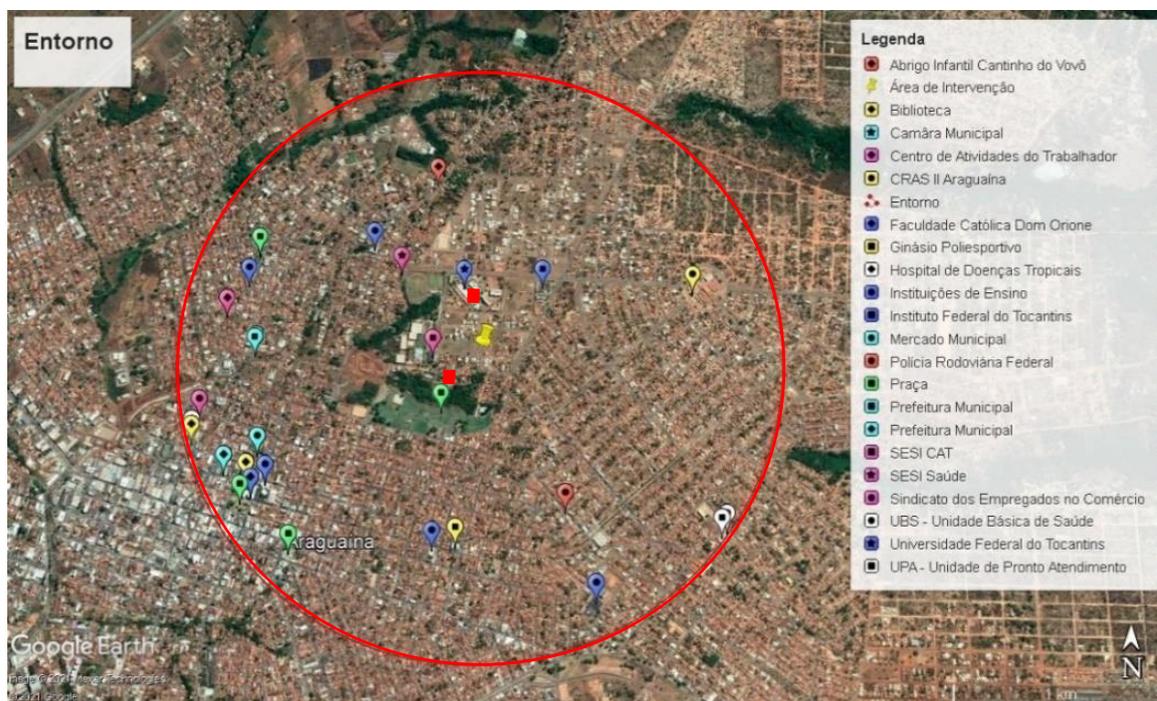
<https://www.riuni.unisul.br/handle/12345/9428>. Acesso em: 28 mar. 2021.

WEATHERSPARK. **Condições meteorológicas médias de Araguaína.** Disponível em: <https://pt.weatherspark.com/y/30128/Clima-caracter%C3%ADstico-em-Aragua%C3%ADna-Brasil-durante-o-ano>. Acesso em: 02 jun. 2021.

APÊNDICE

APÊNDICE A

Figura 1: Mapa de entorno



Fonte: Google Earth 2021, adaptado pelo autor

APÊNDICE B

Figura 1: Levantamento fotográfico



Fonte: Autor

Figura 2: Vegetação existente



Fonte: Autor

Figura 3: Vegetação tipo rasteira



Fonte: Autor

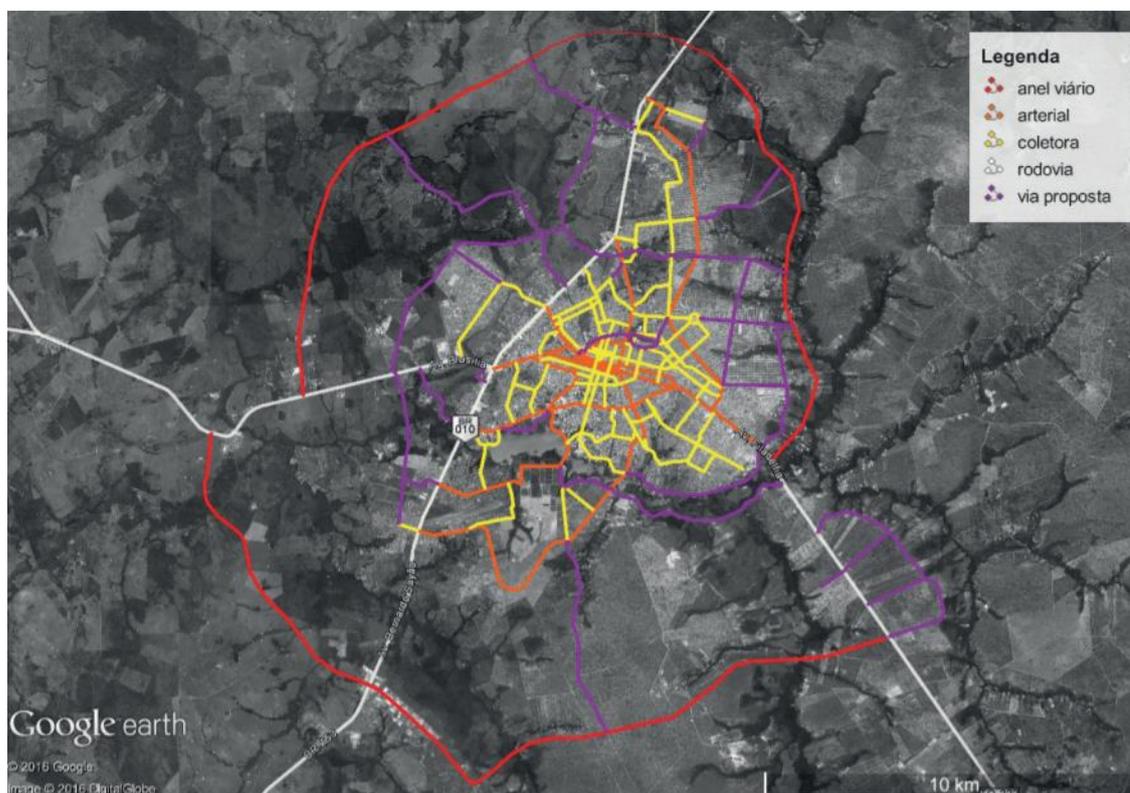
Figura 4: Infraestrutura local



Fonte: Autor

APÊNDICE C

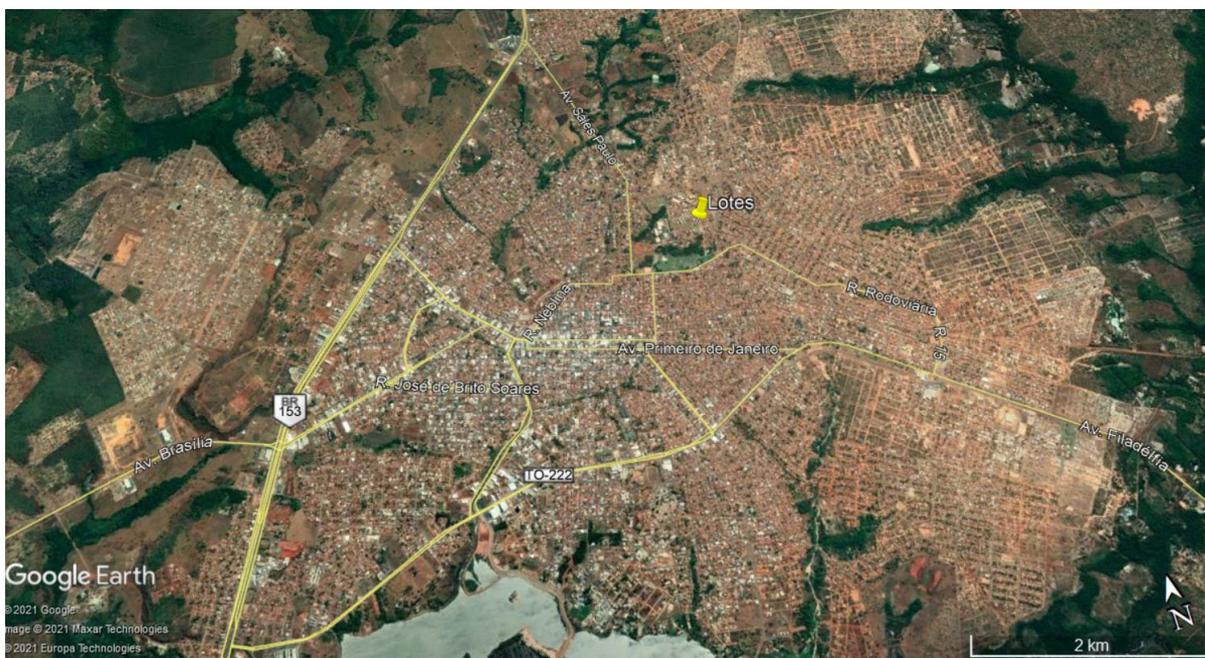
Figura 1: Mapa sistema viário da macrozona



Fonte: Google Earth 2018, Plano diretor 2017

APÊNDICE D

Figura 1: Vias principais



Fonte: Google Earth 2021, adaptado pelo autor

APÊNDICE E

Figura 1: Via pavimentada



Fonte: Autor

APENDICE F

Figura 1: Carta solar

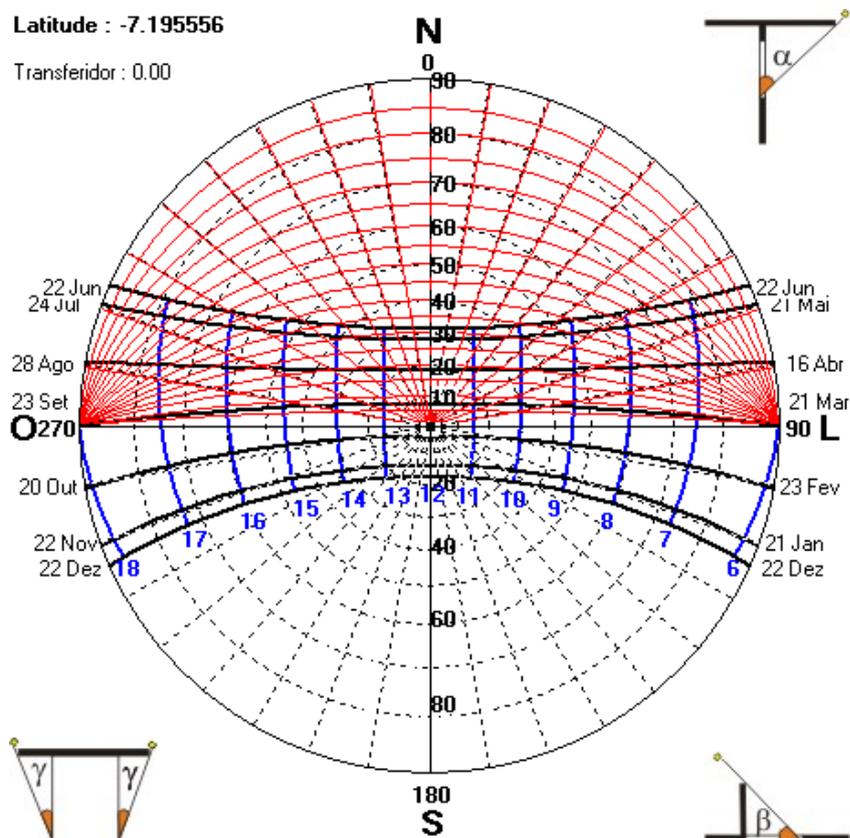
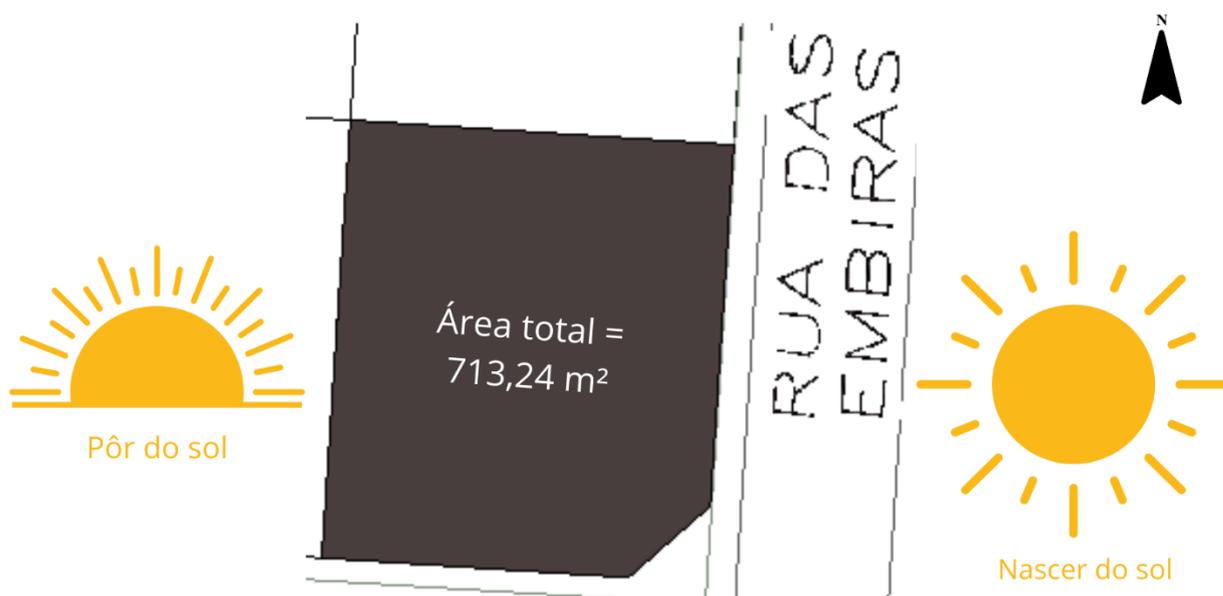
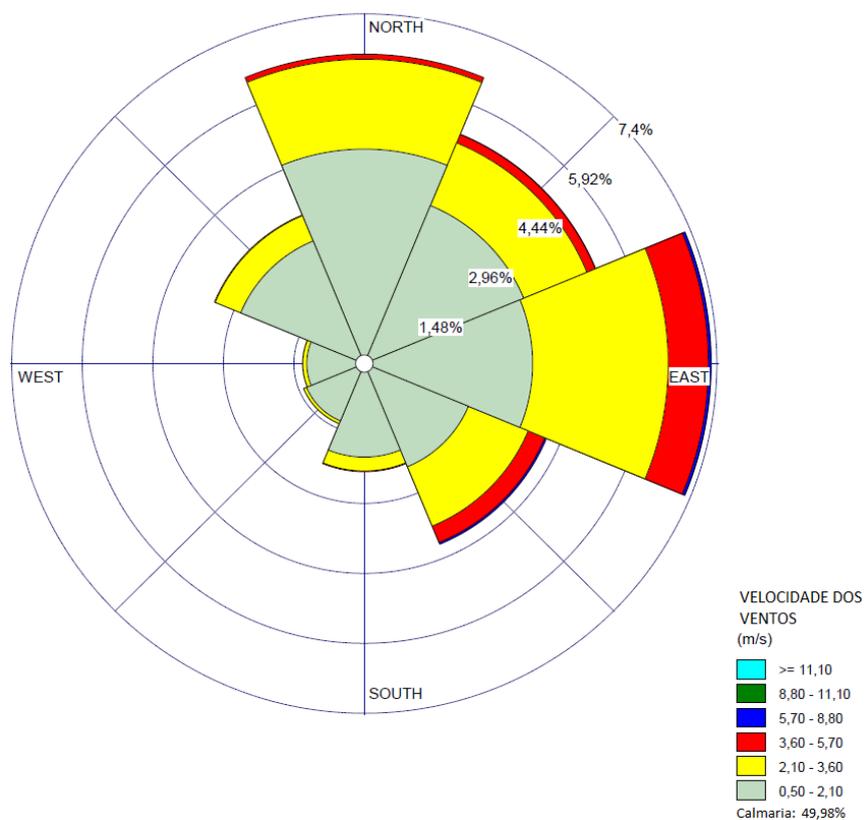


Figura 2: Mapa incidência solar



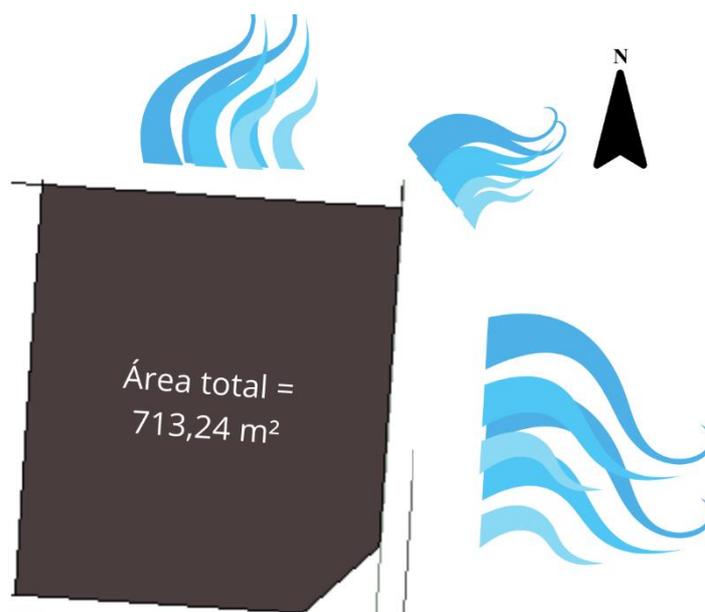
APÊNDICE G

Figura 1: Rosa dos ventos



Fonte: WRPLOT, elaborada pelo autor, 2021

Figura 2: Mapa sentido dos ventos



Fonte: Elaborada pelo autor, 2021

APÊNDICE H

Figura 1: Topografia local



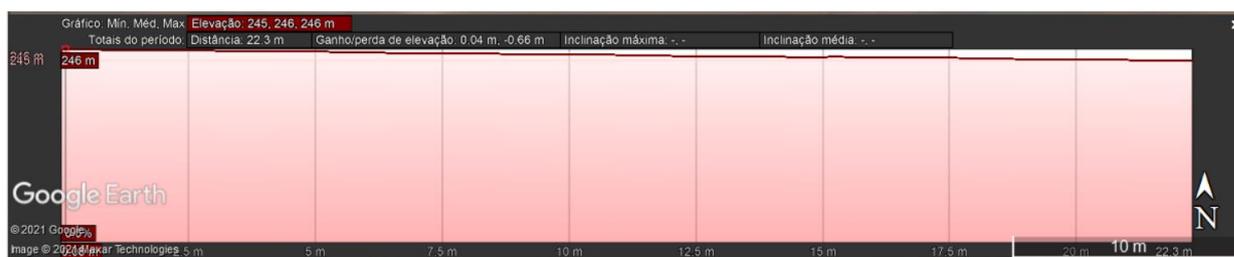
Fonte: Google Earth, adaptada pelo autor, 2021

Figura 2: Corte Leste-Oeste



Fonte: Google Earth, adaptada pelo autor, 2021

Figura 3: Corte Norte-Sul



Fonte: Google Earth, adaptada pelo autor, 2021

APÊNDICE I

Figura 1: Programa de Necessidade e Pré-dimensionamento

Funcionograma	Ambiente	Quantidade	Área (m ²)	Adicional 30% (m ²)	Área total (m ²)
ADMINISTRATIVO	Arquivo	1	8,00	2,40	10,40
	Copa	1	6,00	1,80	7,80
	Diretoria	1	10,00	3,00	13,00
	DML	1	4,00	1,20	5,40
	Recepção	1	6,00	1,80	7,80
	Sala Adm/Financeiro	1	12,00	3,60	15,60
	Sala de Reuniões	1	15,00	4,50	19,50
	Sanitários	3	30,00	9,00	39,00
APOIO	Assistência Social	1	12,00	3,60	15,60
	Enfermaria	1	15,00	4,50	19,50
	Juridico	1	12,00	3,60	15,60
	Psicólogo	1	12,00	3,60	15,60
ENTRETENIMENTO	DML	1	4,00	1,20	5,20
	Mini cinema	1	20,00	6,00	26,00
	Parque Infantil	1	60,00	18,00	78,00
	Sala Multiuso	1	15,00	4,50	19,50
	Sanitários	1	10,00	3,00	13,00
INTIMO	DML	1	4,00	1,20	5,20
	Dormitórios Familiar	8	64,00	19,20	83,20
	Dormitórios Individual	6	48,00	14,40	62,40
	Fraldário	1	6,00	1,80	7,80
	Sanitários	2	40,00	12,00	52,00
PEDAGÓGICO	Berçário / Creche	1	40,00	12,00	52,00
	Sala de Aula infantil	1	20,00	6,00	26,00
	Sala de Produção	2	50,00	15,00	65,00
SERVIÇOS	Cozinha	1	30,00	9,00	39,00
	Depósito	1	6,00	1,80	7,80
	Despensa	1	6,00	1,80	7,80
	DML	1	4,00	1,20	5,20
	Horta	1	80,00	24,00	104,00
	Lavanderia	1	10,00	3,00	13,00
	Refeitório	1	30,00	9,00	39,00
	Sala de descanso	1	25,00	7,50	32,50
Sanitário	1	10,00	3,00	13,00	
			724,00	217,20	941,40

Total Área Edificável	759,40
Total Área Aberta	182,00
	941,40

Fonte: Autor

APÊNDICE J

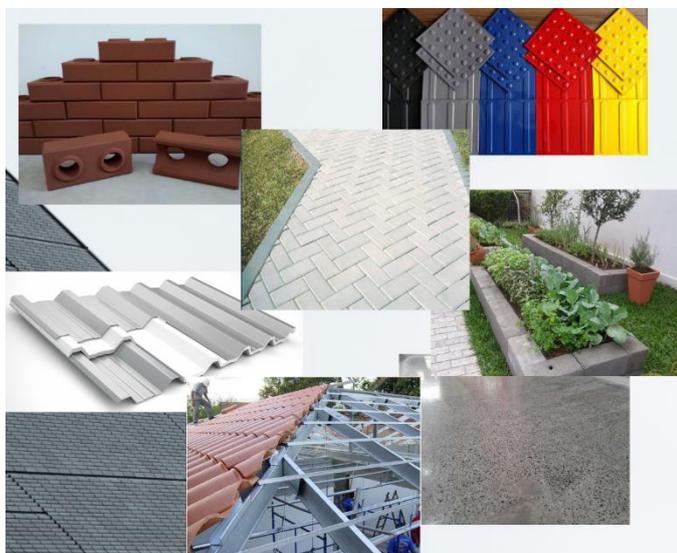
Figura 1: Funcionograma e fluxos



Fonte: Autor

APÊNDICE K

Figura 1: Materiais previstos



Fonte: Autor

ANEXOS